

JOSÉ LUIS DE PAIVA

**LAZER E AÇÃO COMUNITÁRIA:
a operacionalização da fase de deflagração
Vila 31 de Março
- um estudo de caso -**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA
CAMPINAS - 1995**

JOSÉ LUIS DE PAIVA

LAZER E AÇÃO COMUNITÁRIA:
a operacionalização da fase de deflagração
Vila 31 de Março
- um estudo de caso -

Monografia apresentada, como exigência parcial, para a obtenção do título de Bacharel em Educação Física, na modalidade de Recreação e Lazer, oferecida pela Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do Prof. Dr. Nelson Carvalho Marcellino.

1995



Agradecimentos:

Ao Prof. Dr. Nelson Carvalho Marcellino, que orientou este trabalho e coordenou o Projeto Recreação Comunitária, proporcionando uma oportunidade ímpar na formação, não só minha, mas de todos que participaram e souberam aproveitar esta chance.

Ao Prof. Ms. Lino Castellani Filho, "companheiro" e amigo, pela presença, sempre essencial e feliz.

Àquelas adoráveis companheiras, que formam comigo um time "único no mundo": Fatimaiê (minha "secretária"), Birigüas (que treme, mas é ponta firmíssima), Paulet's (minha mais conhecida amiga - secreta) e a Pellézinha (minha moradora da 74-496 preferida, companheira de muitas e boas, do Karacol ao boliche, e sempre no "sossego").

A ação aqui analisada contou com recursos parciais da SEED-MED, através do "Programa de fomento desportivo na comunidade".

Este trabalho é dedicado aos alunos que, no decorrer de sua vida acadêmica, souberam que tão importante como construir uma Universidade e uma Sociedade mais democrática e justa, é fazer isso com a alegria, muitas vezes incompreendida, de nossa juventude.

RESUMO

Este trabalho é um estudo de caso, que pretendeu através da pesquisa-ação, utilizando-se as técnicas da observação participante e da aplicação de formulários, a partir de uma amostra definida por critérios não probabilísticos, aleatórios e por acessibilidade, realizar uma análise aprofundada da operacionalização da fase de deflagração do Projeto Recreação Comunitária, realizada na Vila 31 de Março, Campinas - SP. Buscou-se com isso, a partir do detalhamento das ações realizadas, levantar os resultados atingidos na Vila 31 de Março, assim como, a verificação e discussão dos principais pontos que permeiam uma fase de deflagração. Percebeu-se com as análises, aspectos importantes sobre a operacionalização da fase de deflagração e como estes influenciam o desenrolar do projeto como um todo. Neste caso, a participação efetiva das pessoas envolvidas no projeto, mostrou-se como determinante para o sucesso do trabalho desenvolvido. Outro ponto analisado foi as três interfaces contidas no Projeto Recreação Comunitária, ou seja, o ensino, a pesquisa e a extensão universitária; onde levantou-se o modo como cada uma destas instâncias é desenvolvida no decorrer do projeto e como elas, mantendo suas especificidades, se inter-relacionam. Aqui o que se conclui é que, apesar de terem seus fins específicos, estas instâncias encontram seu ponto em comum no estudo, na pesquisa e no trabalho conjunto com a realidade em que está inserida a Universidade, refletida na ação da Vila 31 de Março.

SUMÁRIO

Introdução	01
Capítulo I - Projeto Recreação Comunitária: da idéia à festa	06
1.1 - O surgimento da idéia	06
1.2 - Lazer - Extensão Universitária - Ação Comunitária	08
1.3 - Uma parceria no papel	11
Capítulo II: A história de uma festa	14
2.1 - O projeto passo a passo	14
2.2 - Do primeiro contato à festa	17
2.3 - A praça em festa	22
Capítulo III: Fase de deflagração - Avaliação e perspectivas	24
3.1 - Avaliação geral	24
3.2 - A festa vista pelos participantes	27
3.3 - O projeto hoje	30
Conclusões	32
Referência Bibliográficas	39
Annexos	42

- Introdução

"Nada mais abstrato do que a comunidade, e nada mais concreto quando nos declaramos seus representantes." (Drumond de Andrade, Carlos)

Com estas simples palavras de Drumond, inicia-se a apostila do curso treinamento de capacitação de animadores sócio-culturais (MARCELLINO, 1994), que abrange no seu desenrolar um amplo conteúdo acerca de Teorias do Lazer, Ação Comunitária e Trabalho de Grupo, servindo pois, de base para a fase de capacitação do Projeto Recreação Comunitária, objeto deste estudo.

Simple como as palavras de Drumond, o curso é planejado para ser desenvolvido em comunidades, não importando seu nível social, mas igualmente ao aforismo, o curso, como todo o projeto, é carregado de uma significância muito forte, que não se vê nas linhas, pois encontra-se um pouco mais escondido, quem sabe no desejo de transformar a realidade, de melhorá-la, de voltar a sorrir, que se nota nas pessoas que participam deste trabalho.

Foi esta vontade de fazer algo ousado que impulsionou os integrantes da disciplina Lazer e Sociedade, do ano de 1993, a não se contentarem com o espaço da "sala de aula" para discutirem um trabalho comunitário; então professor e alunos, aceitaram o desafio e a responsabilidade de desenvolverem de forma "prática" o estudado, surgindo o embrião do Projeto Recreação Comunitária.

Com o início dos trabalhos na Vila 31 de Março, bairro da periferia de Campinas - SP, notou-se que a distância entre a "sala de aula" e o concreto, a realidade, tornou-se muito pequena, a inter-relação entre os três eixos do projeto mostrou que é possível se trabalhar com ensino, pesquisa e extensão de modo que, respeitando suas especificidades, haja uma integração bastante rica.

Seria injusto não registrar aqui, que o desafio e responsabilidade de desenvolver um trabalho comunitário deste tipo, já havia sido enfrentado, em moldes muito parecidos ao atual, pelo coordenador do projeto, Prof. Dr. Nelson Carvalho Marcellino, e muito esta experiência contribui não só na formulação e desenvolvimento do agora proposto, como foi de suma importância para consolidar o grupo que se formava.

Nem ainda concluído o Projeto Piloto na Vila 31 de Março, os resultados já se fazem sentir, como é o caso dos trabalhos de pesquisas inspirados no projeto, que pretendem, quando terminados, formar um completo campo de análise desta experiência que se desenrola, onde estão sendo enfocados os seguintes temas:

- Lazer e Ação Comunitária: a operacionalização do processo de viabilização de um resultado reflexo - um estudo de caso.

Autora - Maria de Fátima dos Santos Grillo.

- Lazer e Ação Comunitária: a operacionalização do processo de viabilização de um resultado resposta - um estudo de caso.

Autora - Andréia Destefani.

- Lazer e Ação Comunitária: a operacionalização do processo de extensão de ações, a partir do local de deflagração - um estudo de caso.

Autora - Cristiane Pereira.

- Lazer e Ação Comunitária - o processo de reciclagem de animadores profissionais.

Autora - Paula Cristina da Costa Silva.

- Lazer e Ação Comunitária: análise dos espaços e equipamentos, a partir da visão dos usuários.

Autor - Luis Eugênio Lázare Nogueira.

- Lazer e Ação Comunitária: a questão da participação popular - entre a vontade e a ação.

Autora - Maria de Fátima dos Santos Grillo.

- Lazer e Ação Comunitária: análise da implantação do "Projeto Recreação Comunitária" na Vila Costa e Silva, em Campinas - SP.

Autor - Carlos Alexandre Forte.

- Lazer e Ação Comunitária: extensão universitária - um estudo de caso.

Autor - José Luis de Paiva.

Somado a este conjunto de trabalhos, o que aqui se inicia pretende dar conta de analisar a fase de deflagração do projeto, concentrando esforços no sentido de detectar, no caso específico da Vila 31 de Março, quais foram os principais pontos de sua operacionalização e qual a influência destes no desenvolver do projeto. Objetiva também este trabalho, enfatizar o caráter de extensão universitária que o projeto se propõe a ter, como se configura esta extensão e como se dá sua inter-relação com o ensino e a pesquisa.

Para alcançar este intento, far-se-á uso da "pesquisa-ação" (THIOLLENT, 1988) enquanto tipo de pesquisa, baseando-se nas técnicas de "observação participante" (BRUYNE e outros, 1977:224-227) e dos formulários para a coleta de dados, que serão

analisados tendo como pano de fundo a dialética da “ação - problema - reflexão - ação” (SAVIANI, 1982:28-29).

Trilhados estes passos, pretende-se ter uma base de análise segura do início do projeto, o que poderá vir a servir de introdutório para as investigações que já ocorrem e que possam vir a ocorrer, sobre a temática.

É interessante ressaltar a justificativa deste projeto para uma Faculdade de Educação Física, o que poderia numa primeira observação configurar-se como algo um pouco distante do possível objeto de estudo do profissional por ela formado. Na realidade não o é, pois, além do fato desta Faculdade contar com um Departamento de Estudos do Lazer, o que por si só já justificaria o trabalho, pode-se relacioná-lo mais diretamente com a Educação Física se tomarmos por base os interesses físico - esportivos do lazer, que são desenvolvidos no decorrer do projeto.

Participaram do desenvolvimento do processo de deflagração aqui analisado, além desse autor, os seguintes bacharelados de Recreação e Lazer:

- Ana De Pellegrin RA - 910093;
- Andréia Destefani RA - 910162;
- Carlos Alexandre Forte RA - 910202
- Cristiane Pereira RA - 910281;
- Guilherme C. Baptista de Oliveira RA - 900570;
- Iara Milito dos Santos RA - 910621;
- Luciana de Magalhães Maia RA - 910758;
- Luiz Eugênio Lázare Nogueira RA - 910791;

- Maria de Fátima dos Santos Grillo RA - 910907;

- Paula Cristina da Costa Silva RA - 911016.

Este estudo é composto por três capítulos articulados entre si.

Em um primeiro capítulo, busca-se detalhar a origem do Projeto Recreação Comunitária, desde as primeiras idéias até a escolha da Vila 31 de Março. Neste capítulo buscou-se também, fazer uma breve análise das inter-relações entre Lazer - Ação Comunitária - Extensão Universitária.

O segundo capítulo faz a análise detalhada da fase de deflagração, que se inicia com os primeiros contatos com a comunidade e se estendem até a realização da atividade impacto "Festa na Praça", o que compreende também suas avaliações, que são discutidas no terceiro capítulo.

- Capítulo I

1 - Projeto Recreação Comunitária: da idéia à ação.

O presente trabalho tratará da análise do Projeto de ensino, pesquisa e extensão: Recreação Comunitária, detendo-se de forma mais direta na problemática de sua fase de deflagração. Para tanto, faz-se necessário um resgate da origem deste projeto, do caminho traçado desde o início, quando se decidiu construir um trabalho comunitário, aos valores que seriam definidores das ações implementadas.

Tratar-se-á ainda de questões como lazer e extensão universitária, devido à ligação efetiva que estes temas têm com o Projeto Recreação Comunitária e também buscando embasamento para a análise do problema colocado.

1.1 - O surgimento da idéia

“Lazer e sociedade” (v. anexo 01), disciplina obrigatória do currículo do Bacharelado em Recreação e Lazer, previa, em seu último tópico temático, o estudo de “Políticas de lazer”, o que englobava entre outras estratégias de ação, a abordagem “Ação Comunitária”.

Tal conteúdo despertou grande interesse nos alunos desta disciplina, o que levou a sua retomada nos semestres seguintes, a partir das disciplinas “Tópicos especiais em recreação e lazer I e II” (v. anexo 02 e 03), que possibilitavam a determinação do tema a ser

estudado, a partir do prévio entendimento entre corpos docente e discente, tendo isso sendo feito em uma reunião do Departamento de Estudos do Lazer, acarretando então, o desenvolvimento do referido conteúdo.

Com a possibilidade de se aprofundar o estudo sobre a Ação Comunitária, optou-se por fazê-lo através de seu desenvolvimento “prático” em uma comunidade de Campinas, o que exigia a criação do então “Projeto de ensino/extensão: Recreação Comunitária”, que, apesar de prever em seu corpo o desenvolvimento de possíveis pesquisas por parte de seus integrantes, só incorporou o termo, quando estes começaram a desenvolver estudos ligados ao projeto, sob a orientação do coordenador do projeto e professor das disciplinas Tópicos I e II, o mesmo da já citada “Lazer e Sociedade”.

Estava criado o Projeto Recreação Comunitária, que objetivava enquanto projeto de ensino “fornecer elementos que permitam a compreensão dos alunos envolvidos, da abordagem comunitária como uma das estratégias possíveis de ação, no campo do lazer”, buscando o enriquecimento de sua formação de bacharel em recreação e lazer; e enquanto projeto de extensão buscava a partir de uma “intervenção deliberada numa determinada comunidade”, a “realização de atividades de lazer, a partir da ação comunitária”, tendo por consequência “contribuir com o Setor de Recreação do Departamento de Turismo, da Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Turismo de Campinas, fornecendo elementos para a implantação de uma política setorial de lazer, a partir da participação comunitária” (Marcellino, 1994-1995).

1.2 - Lazer - Extensão Universitária - Ação Comunitária

Desde o início deste trabalho, quando pela primeira vez foi colocada a possibilidade de um trabalho inserido em uma determinada comunidade, ficou claro o entusiasmo dos discentes para que isto ocorresse. Se por um lado havia o interesse de implementar na “prática” o apreendido no decorrer do curso, por outro, havia o entendimento de que era papel da Universidade possibilitar este intercâmbio com a Sociedade em geral.

Dentro desta preocupação podemos discorrer um pouco mais sobre o entendimento de “extensão” no projeto específico e cotejá-lo com uma das muitas possibilidades que este termo admite.

Um projeto que se propõe a desenvolver atividades de lazer para uma determinada comunidade, poderia num primeiro momento, levando-se em conta apenas esta afirmação superficial e também a carga de preconceitos que a palavra lazer ainda comporta, ser classificado de assistencialista; teríamos mais uma vez, como bem coloca Saviani (SAVIANI, 1985), a contradição da visão de que a universidade deva “prestar favores” à sociedade.

O próprio entendimento de lazer adotado pelo projeto já contradiz esta primeira possível e equivocada visão. Visto como “...componente da cultura historicamente situada, compreendida em seu sentido mais amplo, vivenciada (praticada ou fruída), no ‘tempo disponível’ das obrigações, e atendendo a valores não apenas de descanso e divertimento, mas também de desenvolvimento pessoal e social, o que significa levar em conta seu duplo aspecto educativo” (MARCELLINO,1990. Grifo meu). Esse entendimento leva a supor a

ação do educador, que nos remete a sua atuação de “educar e educar-se na prática da liberdade”, pois isso “é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem, por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais - em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais” (FREIRE, 1975:25).

Elimina-se deste modo, uma visão “funcionalista” (MARCELLINO, 1990:80) de lazer, admitindo-se que, enquanto processo educativo, ele vise o desenvolvimento pessoal/social, determinando com isso uma relação de intercâmbio entre as partes envolvidas, no caso, universidade - sociedade.

Entendido o lazer dessa forma e aliando-se à estratégia de ação adotada - a “Ação Comunitária” - no Projeto Recreação Comunitária, considerada como um “trabalho sócio-educativo, que consiste numa intervenção deliberada em determinada comunidade, através de atividades programadas em conjunto com pessoas e instituições locais, objetivando despertar e ampliar sua consciência para os problemas da comunidade, sensibilizando-as para a mobilização e coordenação de lideranças e predispô-las para a ação que vise o encaminhamento de soluções daqueles problemas, ou a tentativa de realização de aspirações relacionadas com a comunidade como um todo” (REQUIXA, 1973. Grifo meu), fica reforçada a concepção do trabalho enquanto processo educativo, assim como fica ressaltada ainda mais, a vinculação da comunidade no desenvolvimento do mesmo, diminuindo os riscos da intervenção resvestir-se de um possível caráter assistencialista.

Temos por conseguinte, um trabalho de ação comunitária que busca, através de atividades de lazer, o desenvolvimento de determinada comunidade, implicando

necessariamente para que isto ocorra, que esta seja vista, não como parte desprivilegiada ou de menor importância, dentro de todo o processo, mas sim como detentora de um saber que servirá de base para seu desenvolvimento.

Retomando o entendimento demonstrado pelos participantes do projeto, já referido anteriormente, que este deveria ser encarado como uma obrigação da Universidade em relação à Sociedade que a sustenta, e embasados nas colocações acima, chegamos muito próximo ao colocado por Saviani em seu texto “Extensão universitária: uma abordagem não extensionista”, onde o autor analisa o porquê do equívoco de se encarar a extensão universitária como um favor para quem não teve um acesso direto à Universidade (SAVIANI, 1985).

Outros conceitos desta visão de extensão também estão presentes no Projeto Recreação Comunitária, o que reforça sua identificação. O entendimento de que ensino, pesquisa e extensão são elementos específicos e assim devem ser tratados, é um exemplo disso, pois, como já foi analisado e ainda será aprofundado neste estudo, o projeto trata-se, simultaneamente, de um projeto de ensino, de pesquisa e de extensão, cada um com seus objetivos e sua forma de desenvolvimento.

Entendido como uma possibilidade de, através do desenvolvimento de conteúdos já sistematizados, realizar um trabalho sócio-educativo, o Projeto Recreação Comunitária, pretende buscar formas de “elevar o nível geral da sociedade” (SAVIANI, 1985:48), contribuindo assim para diminuir a distância Universidade - Sociedade, distinguindo-se do comumente encontrado, onde temos a Universidade totalmente dissociada do meio que a rodeia.

Finalizando este breve análise da possível inter-relação entre lazer, ação comunitária e extensão, cabe esclarecer o nosso posicionamento crítico em relação ao termo “extensão”, que por si só remete a uma série de equívocos, passando uma visão assistencialista ao trabalho proposto; sendo assim, esse termo só será mantido por estar consagrado e institucionalizado no meio acadêmico, porém, como ressalta Saviani, não será considerado a partir de uma visão “extensionista”.

1.3 - Uma parceria no papel

Como foi citado anteriormente, um dos objetivos do Projeto Recreação Comunitária é dar subsídios para o desenvolvimento de uma política municipal de lazer, a partir da participação comunitária. Dessa forma, decidiu-se que, visando a consecussão desse objetivo e buscando um maior suporte estrutural para começar a ação, seria feita a tentativa de realização de uma parceria entre o Departamento de Estudos de Lazer da UNICAMP e a Prefeitura Municipal de Campinas, através de seu Serviço de Lazer, locado no Departamento de Turismo, da Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Turismo, que é responsável pelo desenvolvimento de atividades de lazer no município.

Tal iniciativa só foi possível depois de uma análise criteriosa, em termos de valores, dos principais documentos que regem o atual executivo municipal, realizando em seguida, a comparação com os valores que norteiam o Projeto Recreação Comunitária. Ficou patente com tais análises que havia uma compatibilidade de valores entre as partes, sendo que os principais pontos levantados passo a relatar.

Foi levantado na Constituição Federal (v. anexo 04), na Lei Orgânica do Município de Campinas (v. anexo 05) e na Proposta de Governo do atual Executivo Municipal (v. anexo 06), o tratamento dado à questão do lazer, o que nos leva as seguintes considerações.

Apesar de ser tratado como um direito social, o lazer é reduzido, na constituição e na lei orgânica, a um apêndice do desporto, no primeiro caso, e no segundo é restrito a apenas dois de seus conteúdos culturais, os físicos-esportivos e os turísticos.

Já na proposta de governo da atual administração, o lazer adquire uma nova dimensão, embora ainda tratado de forma estanque em relação ao desporto e ao turismo, neste documento ele é visto como “fundamental no processo de integração do morador à cidade, contribuindo para transformá-lo efetivamente em cidadão”, o que pressupõe o papel do lazer como estimulador da participação popular, indo de encontro ao valor central do Projeto Recreação Comunitária, a democratização cultural, que se dá principalmente através da participação popular.

Ainda tal proposta adverte que uma política municipal de lazer deva buscar o desenvolvimento social dos indivíduos, tendo um aspecto educativo e caminhar no sentido de relacionar-se com outras políticas municipais (saúde, educação, meio-ambiente,...), o que objetivaria a ampliação do acesso ao lazer, minimizando as barreiras que dificultam o seu exercício.

Aqui, novamente, vemos uma grande confluência entre os valores expressos no Projeto Recreação Comunitária e a proposta analisada; porém, após a implementação da parceria UNICAMP - Prefeitura Municipal de Campinas, a realidade configurou-se de maneira diferenciada à redação da Proposta, o que será detalhado no decorrer deste estudo.

O Projeto, então piloto, Recreação Comunitária, foi implantado na Vila 31 de Março, escolhida por discentes e docente após o contato com diversas outras localidades de Campinas, prevendo inicialmente a atuação até o segundo semestre de 1994, podendo este prazo ser prorrogado, e envolvendo a Secretaria de Ação Regional (SAR) - Leste, pois a comunidade onde se realizaria o trabalho fazia parte de sua área de administração. Para efeitos administrativos, a cidade de Campinas é dividida em quatro áreas, denominadas Secretarias de Ação Regional - SAR.

Será objetivo deste trabalho detalhar como foi a operacionalização da fase de deflagração do Projeto de ensino, pesquisa e extensão: Recreação Comunitária, realizada na Vila 31 de Março, Campinas - SP, discutindo seus principais fatos e as consequências destes, indicando os caminhos traçados na continuação do projeto, e, usando para isto, além da observação participante, a análise documental dos textos produzidos no decorrer do processo, incluindo projeto, relatórios, atas, etc..

Outra fonte de dados são os trabalhos de pesquisa já realizados acerca do projeto, onde podem ser encontradas relevantes informações, como por exemplo, a análise aprofundada da parceria UNICAMP - Prefeitura Municipal de Campinas, feita pela ótica da formação e reciclagem de animadores sócio culturais (SILVA, 1995), que nos mostra detalhes desta parceria e alguns motivos que levaram ao seu rompimento.

- Capítulo II

2 - A história de uma festa

Após análise da origem e primeiros desdobramentos do Projeto Recreação Comunitária, será detalhado neste capítulo a sua fase de deflagração na Vila 31 de março, dos primeiros contatos, até a realização da “atividade impacto”, denominada “Festa na Praça” (v. anexo 07).

Um breve relato do plano geral de ação (v. anexo 08) do projeto também se faz necessário, pois será de fundamental importância para tornar claro ao leitor, o entendimento de cada passo do projeto.

2.1 - O projeto passo a passo

O Projeto Recreação Comunitária utiliza-se, como já foi colocado no primeiro capítulo, da Ação Comunitária como estratégia de ação junto à comunidade, buscando o desenvolvimento de atividades de lazer. Desse modo, antes de analisarmos a sua fase de deflagração, faremos um detalhamento de seu plano geral de ação, para termos o entendimento do processo como um todo, o que nos dará uma maior clareza para analisarmos uma de suas partes, que nunca poderá ser entendida de forma estanque.

Este plano geral de ação é composto por três fases, que apesar de analisadas separadamente, guardam uma íntima relação entre si.

Uma primeira fase, denominada de “Fase de Deflagração”, inicia-se com a ação sensibilizadora na comunidade, onde são feitos os primeiros contatos e, nesses, a explicação do projeto como um todo, buscando pessoas que se engajem voluntariamente ao trabalho. Importante destacar que as pessoas com quem são feitos estes contatos são aquelas que possuem uma certa representatividade, formal ou não, dentro da comunidade, pois estas atuarão como aglutinadoras num momento seguinte.

Feitos os contatos iniciais e conseguindo-se sensibilizar as pessoas para a ação, é desenvolvido um curso treinamento de “capacitação de animadores sócio-culturais”, onde se busca um aprofundamento de questões como lazer e ação comunitária, conjuntamente com o desenvolvimento/discussão de dinâmicas de grupo adaptadas, objetivando assim dar subsídios aos participantes acerca do processo e sua importância, bem como de sua operacionalização.

Finaliza-se esta fase com a organização e realização da atividade impacto, sendo que seu processo de planejamento, execução e avaliação, não fica mais restrito ao grupo original, mas envolve um grupo ampliado a partir dele, que reunir-se-á, subdividido em três comissões (coordenação, divulgação e material), tendo em vista a organização da atividade, denominada tecnicamente de “impacto”, pois se propõe a, através de sua realização, chamar a atenção da população em geral para o projeto e suas possibilidades.

É também no processo de organização da atividade que serão definidos os objetivos da ação, levantados após uma análise da situação encontrada na região. Estes objetivos, assim como toda esta fase, serão analisados após a atividade impacto, pelas pessoas envolvidas.

De acordo com os objetivos traçados na fase de deflagração, serão colhidos os resultados na segunda fase do projeto, o período de carência. Os resultados que inicialmente estavam previstos durante a organização da festa, são denominados de resultados respostas, e demandarão um acompanhamento mais agudo por parte dos técnicos, por se tratarem de problemas mais estruturais da comunidade (DESTEFANI, 1995). Já os resultados reflexos, aqueles que não estavam inicialmente previstos, demandarão um acompanhamento em menor escala, pois surgiram espontaneamente da comunidade, a partir de alguma aspiração bastante forte, não demandando então, um acompanhamento posterior mais intenso (GRILLO, 1995).

Feito o levantamento da situação, o estabelecimento dos objetivos e a averiguação dos resultados, passa-se então para uma última fase do projeto, o período de sedimentação, onde os resultados serão acompanhados visando sua consolidação, buscando-se a autonomia dos grupos envolvidos. É preciso que, sentida a necessidade, haja um acompanhamento técnico após o estágio de autonomia, servindo como reciclagem, destinada à consolidação do trabalho.

Volto a ressaltar que estas fases não são de modo algum estanques, podendo haver momentos em que elas encontram-se sobrepostas, ou mesmo poderão ser abreviadas, o que dependerá das características próprias de cada comunidade, e da sensibilidade das pessoas envolvidas no processo, que deverão, buscar da melhor maneira possível, o cumprimento dos objetivos postos e a consolidação dos resultados obtidos.

Este estudo propõe-se a estudar a fase de deflagração do Projeto Recreação Comunitária, na Vila 31 de Março, em Campinas - SP.

2.2 - Do primeiro contato à festa

A fase de deflagração iniciou-se em abril de 1994, com uma reunião feita na Praça de Esportes “Dr. Roberto Angelo Barbosa”, que contou com representantes da UNICAMP, que faziam parte da disciplina “Tópicos especiais em recreação e lazer I”, da SAR-Leste e da comunidade local.

Agendou-se a partir dessa reunião, onde foi explicado para os presentes o que era o Projeto Recreação Comunitária e quais os valores nele implícitos, as datas do curso treinamento de capacitação de animadores sócio-culturais, que seria realizado na E.M.E.I. ‘Hilton Frederich’, próxima à Praça Esportiva.

O curso treinamento constituído de cinco períodos de quatro horas cada, teve sua primeira reunião adiada, pois o número de pessoas da comunidade mostrou-se insuficiente. Optou-se então por marcar uma nova data e que a SAR-Leste seria a responsável para reiterar o convite às pessoas primeiramente contatadas e ampliá-lo a outras lideranças do bairro.

Verificou-se nesta nova data que a situação não se reverteu, o que levou os presentes a decidirem iniciar o curso com o número de pessoas presentes, que eram , a saber: 10 discentes da disciplina Tópicos I, 01 representante da SAR-Leste, 05 representantes da Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Turismo, 02 pessoas da comunidade, que eram contratadas da Prefeitura, e o coordenador do projeto e professor da disciplina Tópicos I. A decisão de se iniciar o treinamento foi tomada mesmo com um número pequeno de pessoas

da comunidade, uma vez que se tinha a perspectiva de que o quadro se alteraria na reunião ampliada com a comunidade, subsequente ao treinamento.

Esta expectativa se mostrou acertada, uma vez que na reunião citada, compareceram cerca de 40 pessoas da comunidade, que se inseriram no processo de organização da atividade impacto, viabilizando-a.

Tal peculiaridade ocasionou, devido ao grande número de pessoas que não fizeram o curso treinamento, que este tivesse de ser repetido no período de sedimentação do projeto, destinado agora aos grupos que desenvolviam os resultados obtidos com a ação inicial. Este fato reforça o aqui já colocado, onde se afirma que as fases do plano geral de ação não podem ser consideradas de forma isoladas uma das outras.

Durante o desenvolvimento do curso treinamento, confirmou-se uma análise de situação da Vila 31 de Março, feita anteriormente pelo docente e discentes da disciplina Tópicos I. Este levantamento, aprofundado por ocasião do curso treinamento, sugeria que a região contava com um número reduzido de equipamentos específicos de lazer e com número razoável de não - específicos, sendo que ambos não possuíam uma política de animação adequada, o que acarretava uma utilização de forma pouco otimizada; sugere ainda o levantamento, a existência abundante de recursos humanos, o que possibilitaria uma série de alternativas e possibilidades para a formação de um corpo de monitores gerais e em alguns casos específicos. Outro dado colocado é que das atividades desenvolvidas, a quase totalidade encontra-se no campo dos interesses físicos - esportivos do lazer, não existindo também avanços no caminho de minorar os efeitos das barreiras que dificultam o acesso ao lazer.

Ainda no curso treinamento apontou-se, diante da situação dada, para alguns objetivos para o projeto na Vila 31 de Março. Cotejando o levantamento de situação com os valores balizadores do Projeto Recreação Comunitária, que são baseados nos da “democratização cultural” (MARCELLINO, 1994: 35), chegou-se a alguns objetivos, que num momento posterior, a fase de organização da atividade, foram aprofundados e sistematizados da seguinte forma:

"Objetivo Geral - Necessidade de se deflagrar um processo de participação popular, orientado pelos valores da democratização cultural, através de uma atividade impacto, a ser realizada no dia 19 de junho de 1994. (v. anexo 07)

Objetivos Específicos -

01 - buscar mecanismos de participação sócio-cultural na gestão de atividades da Praça, através da participação mais atuante de lideranças locais e dos usuários;

02 - Formar um grupo de voluntários gerais e específicos;

03 - Dar início a um processo de minimização das barreiras sociais e culturais para a prática do lazer, na Praça;

04 - Dar início a um processo de otimização do uso do equipamento do Centro;

05 - Dar início às discussões de extensão das atividades de lazer da Praça para outros equipamentos não específicos da região;

06 - Dar início à diversificação dos conteúdos, procurando contemplar os seis conteúdos culturais do lazer;

07 - Dar início ao processo de elevação dos níveis, de conformistas, para críticos e criativos, tanto no gênero da prática, como no consumo ou fruição, quanto no do 'conhecimento'."

Percebe-se claramente através dos objetivos acima, que o projeto busca de forma acentuada a participação popular através da programação/execução/avaliação de atividades de lazer, sendo que estas, pela abordagem adotada, são planejadas em conjunto com a população, ou seja, a partir também de seu saber, remetendo-nos ao já colocado anteriormente sobre extensão universitária, demonstrando assim como é tratada a articulação universidade - sociedade no decorrer do projeto.

Findo o curso treinamento, estava prevista a ampliação do grupo, que seria feita em reunião ampliada na comunidade, visando formar três comissões que se encarregariam da organização efetiva da atividade impacto.

Essas comissões passaram a se reunir semanalmente, tendo como pauta os pontos contidos em cada rol de tarefas (v. anexo 09), que tratavam de assuntos referentes às providências gerais (coordenação), à divulgação e à coleta de materiais necessários para a realização do evento.

Alguns pontos deste processo de organização podem ser destacados, pois refletem também o caráter do projeto. Desse modo então, passo a relatá-los.

Na comissão de coordenação há que se destacar o aprofundamento e fechamento dos objetivos aqui já listados e discutidos, sendo que além deste fato podemos também destacar a própria programação da atividade, que contou com torneios esportivos, onde procurou-se aliar à prática, um levantamento de informações sobre as variadas modalidades, o que

resultou em uma exposição durante o evento, procurando contemplar assim, os gêneros da prática, da assistência e do conhecimento. Este levantamento foi feito pelas próprias equipes participantes, e todas as demais regras que regiam os campeonatos foram decididas pelos participantes em reunião específica para este fim.

Teve-se o cuidado de possibilitar a participação das mais variadas faixas etárias para não desprivilegiar nenhuma delas. Não se teve o cuidado porém, de realizar campeonato para as mulheres na modalidade de “futebol”, o que, como iremos ver, no próximo capítulo, teve um resultado inesperado.

Buscou-se com a programação atingir outros interesses culturais do lazer, superando o quadro encontrado no levantamento de situação, que apontava para a supremacia quase absoluta dos interesses físicos - esportivos. Havia além deste, atividades artísticas como apresentações musicais e dança, pinturas; atividades manuais como jardinagem, modelagem, entre outras.

Finalizando as especificidades da programação, vale registrar o cuidado de se priorizar as atrações vindas da própria comunidade, como uma forma de, além da valorização artística e esportiva, possibilitar o acesso a essas importantes formas de expressão, a arte e o esporte.

Nas outras comissões (divulgação e material) a maior preocupação era no sentido de capacitar as pessoas na realização de suas tarefas específicas, que no caso destinavam-se a uma atividade de lazer, mas poderiam ser utilizadas no cotidiano para as mais diversas finalidades. Isso pode ser exemplificado na obtenção do material para a festa, a partir dos recursos da comunidade, o que incluía desde a confecção de peças, até a busca de patrocínio

para adquirí-las, e também na divulgação da atividade, de o que fazer e que caminhos se utilizava para tal.

Após todas estas providências, ocorreu nos dias 18 e 19 de junho de 1994, na Praça de Esportes da Vila 31 de Março, a atividade “Festa na Praça”, que contou com o envolvimento da comunidade em todas as suas fases, inclusive na monitoria de atividades, efetivando assim uma possibilidade detectada no levantamento de situação.

Os monitores voluntários desta atividade foram recrutados a partir da “E.E.P.S.G. Joaquim Ferreira Lima”, e passaram por dois momentos antes de atuarem na festa. Num primeiro, receberam o convite para o trabalho, feito a partir de uma sensibilização realizada em visitas à Escola. Com o convite realizado, marcou-se um treinamento para a monitoria, que consistia da explicação detalhada do processo como um todo, do esclarecimento acerca do papel do monitor e sobre as atividades que estes iriam monitorar.

Observa-se aqui também a preocupação de revestir todos os detalhes do processo com elementos coerentes aos valores de ação, para que dessa maneira, a participação de todos se dê de uma forma mais ativa. Preocupação esta que demonstrou um resultado muito válido, pois grande parte dos alunos que monitoraram atividades, se engajaram na sequência do processo, sendo inclusive responsáveis por um dos resultados, que posteriormente teria continuidade, a Associação Enxadrística Cuca Fresca (GRILLO, 1995).

2.3 - A praça em festa

De acordo com o aqui exposto, realizou-se a atividade impacto “Festa na Praça”, nos dias 18 (início dos torneios) e 19 (finais e demais programações) de junho, uma festa que buscava deflagrar um “processo de participação popular, orientada pelos valores da democratização cultural”, “com uma programação geral (diversificação de conteúdos), com atividades que contemplem os três gêneros (prática, assistência e conhecimento), a partir do nível da população local, mas que, ao mesmo tempo, sirva de divulgação das possibilidades de utilização do equipamento, em seu cotidiano” (MARCELLINO, 1994/1995).

Encerrava-se com a realização desta atividade, o que inclui suas avaliações, a fase de deflagração do Projeto Recreação Comunitária, que no próximo capítulo teremos a oportunidade de avaliar em termos de resultados, de acordo com o levantado pelos participantes da organização/execução da atividade através de reuniões de avaliação; pelos participantes da festa, através da tabulação dos formulários de avaliação aplicados no evento; e também a partir da observação participante.

- Capítulo III

3 - Fase de deflagração: avaliação e perspectivas

De posse dos dados da fase de deflagração do Projeto Recreação Comunitária, restamos neste capítulo, sistematizar as avaliações feitas pelas pessoas envolvidas, através de reuniões e da tabulação dos dados recolhido pelo formulário aplicado no decorrer do evento, aliando a estas fontes, o observado pelo pesquisador durante o processo, buscando com isso discutir os principais pontos desta fase.

Feito isso, serão colocados, em linhas gerais, os caminhos que o projeto trilhou até a data em que este trabalho foi produzido.

3.1 - Avaliação geral

O período que se seguiu à atividade impacto, foi utilizado para a realização das avaliações, conforme o previsto no projeto da festa. Estas se realizaram nas comissões (coordenação, divulgação e material), com os monitores voluntários e com os alunos envolvidos na disciplina Tópicos especiais em recreação e lazer I.

A partir dos dados colhidos nestas avaliações e dos tabulados nos formulários aplicados ao público presente durante a atividade, pôde-se fazer o Relatório Geral da Atividade (v. anexo 10).

De todo este volume de informações, procuraremos aquelas que são mais significativas para, junto às colhidas durante a observação participante, levantar os principais pontos desta fase de deflagração.

Foram detectados, em muitos momentos das avaliações, problemas na parceria UNICAMP - Prefeitura, que nesta fase demonstraram-se através do pouco engajamento dos funcionários da Praça, pela monitoria (P.M.C.) que mostrou-se apática e pouco preparada e pelo não cumprimento de alguns compromissos assumidos, como por exemplo, a demarcação do campo de futebol e das quadras, o que ocasionou uma série de dificuldades durante a atividade.

Esses exemplos agravaram-se na continuidade do projeto, o que levou ao rompimento da parceria, decisão esta tomada em conjunto por representantes da UNICAMP e da Comunidade.

Em relação aos objetivos deste projeto pode-se notar que devido ao número de pessoas envolvidas na preparação da atividade (129) e a como se deu este envolvimento (curso treinamento de capacitação, organização/planejamento/execução/avaliação conjuntas UNICAMP - Prefeitura - Comunidade), e onde notava-se um sentimento de querer transformar e superar a realidade dada, pode-se afirmar que o Projeto Recreação Comunitária começou efetivamente a deflagrar um processo de participação popular, e que este processo poderia ter avançado, ainda mais se alguns problemas não tivessem ocorrido, como por exemplo, o baixo número de pessoas da comunidade no curso treinamento, o que não possibilitou uma maior mobilização posterior na região, de pessoas com embasamento para a ação.

Quanto aos objetivos específicos do processo, notou-se ao fim da fase de avaliação que a deflagração criou condições de que eles fossem plenamente alcançados nas fases posteriores do projeto. Em relação a isso, há que se destacar que, enquanto atividade impacto, a festa cumpriu seu intento, pois despertou a comunidade para os problemas detectados no levantamento de situação.

A grande aceitação de outros interesses culturais do lazer, que não somente os físico - esportivos tradicionais (futebol, basquete e vôlei), é um sinal claro que, na fase de continuidade do projeto, haverá um campo fértil para consolidar esta diversificação.

Assim, como no caso acima, onde vemos a possibilidade de execução de uma maior diversificação dos interesses culturais do lazer, outros objetivos tiveram resultados parecidos, ou seja, apesar de não terem sido cumpridos integralmente, tiveram sinais de sua ocorrência.

Fatos como a maior e melhor ocupação da Praça de Esportes durante um período em que esta não tem, tradicionalmente, uma boa frequência; a mobilização de algumas pessoas em grupos ou mesmo individualmente para desenvolver suas aspirações, enquanto membros de uma comunidade; sugestões para que outras atividades ocorram em equipamentos não específicos, são todos indicadores que sugerem os caminhos a serem trilhados na Continuidade, buscando, a partir do que foi acima identificado, otimizar o uso da Praça de Esportes e estender suas programações para outros equipamentos, o que pode acontecer através da nucleação de grupos da comunidade.

Seguindo a análise das avaliações, nota-se que alguns resultados já puderam ser detectados antes mesmo do período de carência, o que não deixa de ser um indicador da

potencialidade do trabalho. Estes resultados são a iniciativa de se organizar um campeonato de xadrez e a vontade de se realizar um campeonato voltado exclusivamente ao público feminino.

Com os exemplos acima, notamos a assimilação de valores do projeto, que justificam alguns de seus objetivos, que nos casos citados são: a diversificação, não dos conteúdos, pois o xadrez faz parte dos interesses físico - esportivos, mas da própria atividade, buscando possibilidades pouco difundidas na região; já no segundo caso, o que se registra é a busca por se minimizar as barreiras para o acesso ao lazer.

Outro dado importante que faz referência ao projeto, enfocando seu caráter de extensão, é o interesse e a satisfação demonstrada pelos alunos envolvidos, tanto pelo fato de poder relacionar, confrontar e desenvolver o apreendido em "sala de aula", com a realidade de "fora dos muros" da universidade, quanto por saber que este trabalho trata-se de uma forma de reverterem para a sociedade os investimentos por ela feitos nas suas formações, o que é significativo por se tratar de um projeto onde a comunidade é uma das partes que decide, que sabe, que participa, e não é meramente tratada como um objeto não detentor de saber e direitos, para quem caberia a universidade prestar favores.

3.2 - A festa vista pelos participantes

Os formulários aplicados no dia da atividade revelaram alguns dados interessantes, sendo que estes foram tabulados a partir de uma amostra definida por critérios não probabilísticos, aleatórios e por acessibilidade, atingindo cerca de 3% dos participantes do

evento em cada horário de aplicação, que foram feitas em locais diferentes, buscando minimizar os riscos de se privilegiar um público específico.

Dos 12.000 participantes que passaram pela atividade durante sua realização, a maioria era do público feminino (52,2%), o que demonstra que a atividade conseguiu reverter o tradicionalmente encontrado, onde a presença masculina se faz mais acentuada que a das mulheres.

Porém a simples análise deste fato, poderia nos dar uma falsa idéia de que a atividade conseguiu reverter a tendência de que as mulheres têm menos acesso ao lazer, devido a toda uma série de preconceitos arraigados em nossa sociedade, o que é desmentido quando analisamos a participação de ambos os sexos no decorrer do dia, e notamos então uma realidade um pouco diferente, ou seja, vemos que durante o horário do almoço a presença das mulheres cai bruscamente, possivelmente por estas serem as responsáveis por ele, e que, no final da tarde, é a presença masculina que diminui, provavelmente devido ao fato de que nesta data haveria um jogo da Copa do Mundo de Futebol.

Este resultado pode ser também relativizado, pois quando analisamos a iniciativa de se realizar um torneio somente aberto às mulheres, notamos a preocupação destas em conseguir seu espaço, garantindo um maior acesso ao lazer.

No tocante a faixa etária, houve o predomínio de jovens, de 10 a 20 anos (52,2%), revelando a tendência de que esta faixa etária tem acesso privilegiado ao lazer, não conseguindo a atividade atingir seu intuito de buscar a maior participação de crianças e idosos.

Como um importante subsídio para atividades futuras, aparece a resposta sobre qual foi a principal forma de divulgação que levou até as pessoas a notícia da festa; mostrou-se com a análise das respostas do formulário que, apesar de ter uma importância grande institucional para o evento, as notícias veiculadas em jornais não atingiram o público presente, que ficou sabendo da realização da atividade principalmente através de amigos (31,41%), cartazes, folhetos e nas escolas.

Um outro dado revelado na tabulação dos questionários foi em relação à frequência das pessoas à Praça de Esportes. Confirmou-se o levantado anteriormente na análise de situação, revelando que 72,85% das pessoas consultadas frequentam a Praça; porém desse número, nota-se que a maior frequência se dá durante a semana, sendo que isso se faz principalmente devido às aulas de Educação Física da “E.E.P.S.G. Joaquim Ferreira Lima”, que são realizadas no local; assim sendo, é possível concluir que a frequência espontânea à Praça é bastante baixa. Os dados completos à respeito dessa questão:

Frequência à Praça -

- 72.85% costumam frequentar a Praça;
- 27.10% não costumam frequentar a Praça.

Período que frequenta -

- 40,32% durante a semana;
- 29.83% finais de semana;
- 16.93% às vezes;
- 12.10% outros;
- 0.80% nas férias.

Finalizando a análise dos dados recolhidos no formulário, cabe registrar a opinião geral das pessoas acerca da festa, onde verificou-se um ótimo retorno, pois 60 % das pessoas consideraram a festa boa e 32.86 % consideraram-na ótima, provando que o envolvimento da comunidade na organização, fez com a festa adquirisse um significado especial para a população que a frequentou.

3.3 - O projeto hoje

Diante das possibilidades apresentadas nas avaliações e frente ao detectado posteriormente, no período de carência, o projeto desenvolveu, no seu período de continuidade, como parte do processo sócio-educativo, quatro atividades de lazer, na Vila 31 de Março. Foram as seguintes atividades: “Criança na Praça”, “Baile à Moda Antiga”, “Festival Cuca - Fresca” e “Festa no Parque”.

Estas atividades foram organizadas seguindo-se as diretrizes da atividade impacto, sendo que em cada uma delas, houve um objetivo mais específico a ser trabalhado, porém todos tendo como pano de fundo a questão da participação popular.

Objetivou-se na atividade “Criança na Praça”, além da comemoração do Dia das Crianças, a busca de alternativas para o desenvolvimento de atividades de lazer visando esta faixa etária, procurando com isto diminuir a barreira para o acesso ao lazer que se apresenta para este público.

O “Baile à Moda Antiga” buscou, através da atividade, aglutinar os idosos e colocá-los em contato com um grupo já institucionalizado de terceira idade de Campinas, podendo os idosos, a partir disso, oficializar o grupo ou não. Esta atividade foi a primeira realizada

sem a parceria da Prefeitura Municipal de Campinas, ocorrendo na E.E.P.S.G. "Professor Joaquim Ferreira Lima", com o apoio da 1ª Delegacia Regional de Ensino.

As duas outras atividades "Festival Cuca Fresca" e "Festa no Parque", realizadas na E.E.P.S.G. "Professor Joaquim Ferreira Lima" e Obra Social do Parque Brasília, respectivamente, foram as que conseguiram mais fortemente alcançar seus objetivos.

O "Festival Cuca Fresca", marcou a fundação da "Associação Enxadrística Cuca Fresca", consolidando um resultado reflexo da fase de deflagração (GRILLO, 1995).

A "Festa no Parque" contribuiu para aumentar a abrangência do projeto com a participação efetiva do grupo de jovens da Obra Social do Parque Brasília (próximo à Vila 31 de Março), grupo este que se apresenta praticamente autônomo na atual fase do projeto (PEREREIRA, 1995).

O Projeto Recreação Comunitária desenvolvido na Vila 31 de Março, hoje num período de reciclagem de sua fase de sedimentação, encontra-se com dois grupos sendo acompanhados, mais especificamente: a "Associação Enxadrística Cuca Fresca" e o Grupo de Jovens do Parque Brasília, devendo terminar suas atividades de forma direta, no final do presente ano. Após esse período, o grupo da UNICAMP agirá, quando solicitado, na forma de Assessoria.

A avaliação do projeto como um todo será feita após seu término, porém algumas de suas fases estão sendo estudadas por acadêmicos do grupo, fornecendo um amplo material que permitirá uma análise bastante aprofundada de todo o seu desenrolar.

Outra frente de trabalho foi aberta na Vila Costa e Silva (FORTE, 1995).

Além disso, a ação foi estendida, em forma de assessoria, às Prefeituras Municipais de Diadema - SP e São José dos Campos - SP.

- Conclusão

Durante o desenrolar deste estudo, vários foram os momentos em que tomamos posições sobre os assuntos, à medida em que estavam sendo tratados. Diante disso, algumas destas colocações serão agora retomadas e acrescidas a outras, pretendendo dar conta dos principais pontos relacionados à operacionalização da fase de deflagração do Projeto de ensino, pesquisa, extensão: Recreação Comunitária. Conjuntamente a isto, buscar-se-á tratar do relacionamento desta fase enfocada com cada uma das três interfaces do projeto, ou seja, o ensino, a pesquisa e a extensão.

Pouco usual em trabalhos acadêmicos, uma expressão popular servirá de base para o desenvolvimento das considerações acerca da fase de deflagração do projeto. Buscaremos responder se, como no dito popular, também é válido para o projeto afirmar que “a primeira impressão é a que fica”.

Será que nossa primeira impressão, no caso a fase de deflagração, é determinante para o sucesso ou fracasso do projeto como um todo?

Digamos que a resposta a esta indagação seja sim, argumentando-se que, para o êxito do trabalho sua deflagração deverá ser muito bem conduzida, pois dessa forma, alguns pontos de essencial importância para seu futuro estariam garantidos, assegurando seu sucesso.

Ainda seguindo este ponto de vista, podemos destacar que, somente um levantamento de situação detalhado e bem realizado do local, poderá servir de base para a correta determinação dos objetivos a serem atingidos, pois estes são sistematizados, na fase

de deflagração, a partir do cotejo da situação encontrada, com os valores que balizam o projeto. Assim, se não tivermos uma fase de deflagração bem feita, poderão surgir distorções que afetarão o projeto como um todo.

Outro fato que coloca a referida fase como determinante para o sucesso do projeto, é o próprio valor central deste, que apregoa a “participação popular” como um determinante para o desenvolvimento das ações.

Desse modo, podemos afirmar que a participação só será realmente efetiva, na proporção em que as pessoas detiverem uma maior quantidade de saber acerca do projeto, reconhecendo seus direitos, possibilidades e formas de atuação, o que poderia ficar prejudicado se, num primeiro momento, não tiverem acesso a estas informações, devido a erros na deflagração.

Por outro lado, voltando a nossa questão original, poderíamos afirmar que insucessos na deflagração do projeto, não são determinantes para o fracasso da ação. Para este ponto de vista também podem ser arroladas uma série de considerações .

Como justificar que, apesar de fracassada a parceria com a Prefeitura Municipal de Campinas, que acarretou uma série de transtornos já na fase de deflagração, o projeto tenha continuado e prosperado? Verificou-se com isso que alterações de percurso, mesmo que de última hora, são passíveis de acontecer sem prejudicar gravemente o trabalho, mas para que isso ocorra, é imprescindível que a comunidade participante seja sujeito destas alterações; desta forma as soluções serão mais facilitadas, como por exemplo ocorreu na Vila 31 de Março, onde supriu-se as falhas e ausências da Prefeitura, com apoios locais e da 1ª Delegacia Regional de Ensino.

Outro ponto a se colocar, foi a pouca participação de pessoas da comunidade no curso treinamento, o que acarretou problemas já na fase de deflagração, mas estes foram superados pela a entrada de um número expressivo de pessoas a partir da reunião ampliada com a comunidade, revertendo o primeiro quadro. Esta situação porém só foi realmente contornada, na fase de reciclagem, com um novo curso treinamento para as pessoas que, naquele momento, participavam do projeto.

Diante do acima exposto, qual seria a resposta para a pergunta inicial? A fase de deflagração é ou não determinante para o sucesso do projeto?

Sem correr o risco de ficar “em cima do muro”, podemos concluir que ambas as respostas podem ser adotadas, pois, partindo do pressuposto que este projeto é um processo de intervenção na comunidade, ele comporta, enquanto processo, a possibilidade de se fazer os ajustes necessários à obtenção dos objetivos propostos; porém, estes ajustes só poderão ser feitos a partir do envolvimento das pessoas que atuam no projeto, que estarão conjuntamente decidindo quais os novos rumos da ação, o que será possível, a partir do real comprometimento com os valores do projeto.

Assim sendo, a fase de deflagração é essencial para o desenvolvimento do projeto como um todo, pois a ela cabe criar esta efetiva participação das pessoas, o que é fato determinante para o sucesso do projeto como um todo, ou seja, poderão haver erros e acertos, mas não havendo participação o projeto tende ao fracasso.

Continuando a análise da operacionalização da fase de deflagração, buscaremos sintetizar os principais pontos deste processo enquanto projeto de ensino, de pesquisa e de extensão.

Enquanto projeto de ensino, a fase de deflagração era debatida em sala de aula, no espaço da disciplina “Tópicos especiais em recreação e lazer I”, que, como já foi colocado, tinha como programa o estudo de abordagens comunitárias em programações de lazer. As vivências no iniciar e desenrolar do projeto eram tratadas de forma diferenciada à feita na comunidade, pois enquanto objeto de estudo acadêmico, o projeto servia de base para o aprofundamento do tema da disciplina; assim, as ações e decisões tomadas deixavam de ser passos do projeto, para tornarem-se exemplos de aula.

Pela amplitude que o tema “abordagem comunitária em programações de lazer” admite, vários assuntos puderam ser discutidos neste espaço de aula, assuntos por vezes já tratados em outras disciplinas do bacharelado em Recreação e Lazer, sendo estes, ora aprofundados, ora confrontados, pois a vivência do projeto possibilitava uma forte base para o aprofundamento crítico ao já estudado.

Outro ponto a se destacar, enquanto projeto de ensino, é que a fase de deflagração foi determinante para a consolidação do grupo que, quase em sua totalidade, ainda hoje desenvolve o projeto. Isso se fez desta maneira porque o trabalho, que ali se iniciava, ia de encontro à expectativa dos alunos, que viam nesta oportunidade, uma grande chance para seu crescimento acadêmico.

Verificar a importância da fase de deflagração e do processo como um todo, enquanto projeto de pesquisa, é um pouco mais simples e direto, pois um dos resultados nesse sentido aqui se apresenta. Esta pesquisa e o conjunto de outras mais (vide introdução) em que ela está contida, é um reflexo de que a possibilidade de desenvolvimento destes

estudos, como previa o projeto original, foi confirmada, o que assegurará a sistematização do processo, abrangendo diversos de seus componentes.

Feitas a partir de um grupo de estudos, tratando de um tema central, no caso “Lazer e Ação Comunitária”, as pesquisas têm por objetivo sistematizar toda a experiência do Projeto Recreação Comunitária, formulando, a partir do vivenciado no projeto, ao estudado em sala de aula e aprofundado em diversos autores, dependendo de cada caso específico, algumas análises significativas sobre o tema central, tendo também suas características próprias, como o trato da questão da participação popular, da formação e reciclagem de animadores, de espaços e equipamentos, e neste caso específico, da extensão universitária. Espera-se que a somatória destes estudos resulte um conjunto temático único e completo.

Por último, devemos destacar este processo enquanto um projeto de extensão, que como vimos em seu corpo, balizado principalmente no entendimento contido no texto “Extensão: uma abordagem não extensionista”, de Saviani, cabe à Universidade devolver à Sociedade, na forma de programas, os investimentos que a última faz em relação à primeira para mantê-la e desenvolvê-la.

Através do Projeto Recreação Comunitária busca-se exatamente isso, ou seja, a Universidade trabalhando diretamente com as pessoas que a ela não tiveram acesso, mas que contribuem efetivamente para sua existência. Como já foi colocado, o modo como isso acontece é buscando minimizar as possibilidades que ele se dê de forma “assistencialista”, não entrando em contradição com o acima exposto.

Este trabalho, feito a partir dos problemas encontrados na própria comunidade, faz com que a perspectiva do ensino e da pesquisa e da própria extensão se adequem à realidade

na qual ele está inserido, buscando assim, dentro da especificidade de cada um desses itens, tornar-se relevante para esta realidade.

Este tema não se encontra de forma alguma esgotado, pois a cada tentativa de estreitar os vínculos entre Universidade e Sociedade, novos desafios e questionamentos surgirão. Neste trabalho procurou-se contribuir um pouco neste sentido, esperando que, a partir dele, novos estudos sejam realizados baseados nos levantamentos aqui colocados; é o que pretendo fazer com o desenvolvimento de uma pesquisa (vide introdução), já em andamento, que pretende aprofundar a análise do Projeto Recreação Comunitária enquanto projeto de extensão universitária, cotejando-o com o trato que a Universidade tem para com esta.

- Referências Bibliográficas

ALVES, Rubem. Conversas com quem gosta de ensinar. 23ª ed., São Paulo: Cortez/ A.A., 1989.

BRUYNE, Paul de; HERMAN, Jacques; SCHOUTHEETE, Marc de. Dinâmica da pesquisa em ciências sociais. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

DESTEFANI, Andréia. Lazer e ação comunitária: a operacionalização do processo de viabilização de um resultado resposta - um estudo de caso. UNICAMP - FEF, 1995.

FORTE, Carlos. Lazer e ação comunitária: análise da implantação do "Projeto Recreação Comunitária" na Vila Costa e Silva, em Campinas - SP - um estudo de caso. UNICAMP - FEF, 1995.

FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação? 2ª ed.. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S/A, 1975.

GRILO, Maria F.S. Lazer e ação comunitária: a operacionalização do processo de viabilização de um resultado-reflexo - Um estudo de caso. UNICAMP: FEF, 1995.

MARCELLINO, Nelson C. Pressupostos de ação comunitária - estruturas e canais de participação. In: Capacitação de animadores sócio-culturais. Campinas: UNICAMP - FEF - DEL, Brasília: MED - SEED - PFDC, 1994.

_____. Lazer e educação. 2ª ed. Campinas: Papirus, 1990.

_____. Lazer e escola. Tese de doutorado. Campinas: UNICAMP, 1988.

_____. (Org.) Projeto de ensino, pesquisa e extensão: "Recreação Comunitária. - Documentos referentes à fase de deflagração (pastas 01, 02, 03 e 04). Campinas: UNICAMP, 1994/1995.

PEREIRA, Cristiane. Lazer e ação comunitária: a operacionalização do processo de extensão das ações, a partir do local de deflagração - um estudo de caso. UNICAMP - FEF, 1995.

REQUIXA, Renato. Lazer e ação comunitária. São Paulo: SESC, 1973.

SAVIANI, Dermeval. Educação: do senso comum à consciência filosófica. São Paulo: Cortez/A.A, 1982.

_____. Ensino público e algumas falas sobre universidade. 2ª ed., São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1985.

SEVERINO, Antonio J. Metodologia do trabalho científico. 19ª ed., São Paulo: Cortez, 1993.

SILVA, Paula C.C. O processo de reciclagem de animadores profissionais. UNICAMP - FEF, 1995.

THIOLLENT, Michel Metodologia da pesquisa-ação. 4ª ed., São Paulo: Cortez/A.A., 1988.

ANEXOS

Relação dos anexos que seguem:

- 01 - Programa da disciplina MH-705 - Lazer e Sociedade;
- 02 - Programa da disciplina MH-711 - Tópicos Especiais em Recreação e Lazer I;
- 03 - Programa da disciplina MH-712 - Tópicos Especiais em Recreação e Lazer II;
- 04 - Constituição da República Federativa do Brasil, parte sobre lazer;
- 05 - Lei Orgânica do Município de Campinas, parte sobre lazer;
- 06 - Proposta de Governo do então candidato Magalhães Teixeira, parte sobre lazer;
- 07 - Projeto da atividade impacto “Festa na Praça”;
- 08 - Plano Geral de Ação;
- 09 - Rol de Tarefas de cada uma das três comissões;
- 10 - Formulário de avaliação da atividade.

01 - Programa da disciplina MH-705 - Lazer e Sociedade.



CÓDIGO : MH - 705

NOME : Lazer e Sociedade

TO 4; PO 0; L 1; HS 0 4; CHG 0; CO 4; 2º Período 1993

PROGRAMA :

EMENTA: As relações entre lazer e trabalho, família, religião e educação. Estudo do lazer relacionado às diversas fases do ser humano: infância, juventude, idade adulta e terceira idade.

Objetivo: Contribuir para a formação da competência geral do profissional de educação física enquanto animador cultural; Contribuir para o entendimento das relações entre o lazer, visto enquanto manifestação cultural da sociedade contemporânea e estrutura sócio-econômica, em especial na sociedade brasileira

OBSERVAÇÕES:

DATA 22/06/93

PROFESSOR RESPONSÁVEL

Nelson Carvalho Marcellino
Nome

Assinatura

CHEFE DO DEPARTAMENTO OU COORDENADOR DO CURSO

HELOISA TURINI BRUNB
Nome
Chefe Depto. de Estudos do Lazer
Matr 23921-6 - FEF/UNICAMP

Assinatura

DIRETOR DA UNIDADE

Ademir Gebara
Nome

Assinatura

CÓDIGO : MH - 705

NOME : Lazer e Sociedade

Conteúdo programático:

1. Lazer: abordagens diretas e indiretas
 - a concepção "funcionalista" do lazer e sua crítica
2. Lazer e trabalho
 - a grande ruptura trabalho/lazer
 - trabalho, lazer e alienação
3. Lazer e família
4. Lazer e religião
5. Lazer e educação
 - o duplo aspecto educativo do lazer
 - a ação do animador cultural
6. Lazer no ciclo vital
 - criança, juventude, vida adulta, idosos
7. Política de lazer
 - abordagem comunitária

Estratégias:

- aulas expositivas participativas, leituras orientadas, debates e seminários, relatórios de observação.

Crítérios de avaliação:

- o critério básico será a participação dos alunos em sala de aula e em trabalhos propostos. Serão considerados: resenhas, relatórios e organização de seminários.
- Prova final (a combinar com a classe).

DATA 22 / 06 / 93

PROFESSOR RESPONSÁVEL





CÓDIGO : MH - 705

NOME : Lazer e Sociedade

Bibliografia:

BUHNS, H. T. A proposta "carente" de lazer X espaço de lazer dos "carentes". R.B.C.E, 11(3): 210-214.

CAMARGO, L. O. Política de lazer. Estudos do lazer, out/85: 3-7.

CARVALHO, A. Mello. Cultura física e desenvolvimento. Lisboa, Compendium s.d. 143-157.

DUMAZIER, J. Valores e conteúdos do lazer. São Paulo, SESC, 1980.

MAGNANI, J. G. Festa no pedaço. São Paulo, Brasiliense, 1982.

----- Lazer dos trabalhadores: Rev. São Paulo em Perspectiva, 2(3): 37-39: jul/set/1988.

MARCELLINO, N. C. Lazer e educação. 2a ed. Campinas, Papirus, 1990.

----- O lazer, sua especificidade e seu caráter interdisciplinar. R.B.C.E, 12(1,2,3): 313-317.

----- Subsídios para uma política de lazer: o papel da Adm. Municipal. R.B.C.E, 11(3): 206-209.

MARTIN, P. R. Lazer nos municípios. Estudos do lazer, out/85: 9-18.

MILLS, C. W. A nova classe média. Rio, Zahar, 1969.

OLIVEIRA, Paulo de Sallés. Tempo livre, trabalho e lutas sociais. R flexão, 35: 7-14.

PARKER, S. A sociologia do lazer. Rio, Zahar, 1978.

REQUIXA, R. Lazer e ação comunitária. SESC, São Paulo, 1973.

DATA 22 / 06 / 93

PROFESSOR RESPONSÁVEL




UNICAMP

PROGRAMA DA DISCIPLINA

Continuação

Fis. 3 de 4

CÓDIGO : MH - 705

NOME e Sociedade _____

Detalhamento do programa:

- 2 aulas - A disciplina MH - 705 no "Curriculum";
Discussão dos objetivos, conteúdos e estratégias; distribuição de responsabilidades
- 4 aulas - Revisão de conteúdos das disciplinas consideradas pré-requisitos
- 2 aulas - Pensamento Social, Filosofia Social e Ciência Social
- 2 aulas - Lazer: abordagens diretas e indiretas
- a concepção "funcionalista" do lazer e sua crítica
MARCELLINO, N. C. O lazer, sua especificidade e seu caráter interdisciplinar. R.B.C.E, 12 (1,2,3): 313-317.
- 2 aulas - Idem
MARCELLINO, N. C. Lazer e educação 2a ed., Papyrus, 1990: 19-4
- 2 aulas - Lazer e trabalho
PARKER, Stanley. A sociologia do lazer, Rio de Janeiro, Zahar, 1978: 79-95
- 2 aulas - Idem
MILLS, C. W. A nova classe média. Rio de Janeiro, Zahar, 1969
233-256
- 2 aulas - Idem
MAGNANI, J.G.C. Lazer dos trabalhadores. Rev. S.Paulo em Perspectiva, 2(3): 37-39, jul/set/1988.
- 2 aulas - Idem
OLIVEIRA, Paulo de Salles. Tempo livre, trabalho e lutas sociais Reflexão, 35: 7-14.
- 2 aulas - Lazer e família
PARKER, S. op.cit.,: 96-109.
- 2 aulas - Lazer e religião
PARKER, S, op.cit.,: 124-138
- 2 aulas - Lazer e educação
PARKER, S. op.cit.: 110-123,
- 2 aulas - Idem
MARCELLINO, N. C. Lazer e educação: 42-55

DATA 22 / 06 / 93

PROFESSOR RESPONSÁVEL



UNICAMP

PROGRAMA DA DISCIPLINA

Continuação

Folha 3 de 4

CÓDIGO : MH - 705

NOME : Lazer e Sociedade

Cont.

2 aulas - Idem

MARCELLINO, N. C. Lazer e educação: 57-93

2 aulas - Idem

CARVALHO, O. Mello.. Cultura física e desenvolvimento: Lisboa, Compendium, s.d: 143-157.

4 aulas - Lazer no ciclo vital

PARKER, S. op.cit: 60-75

2 aulas - Políticas de lazer

CAMARGO, L. O. de L. Políticas de lazer. Estudos do lazer, ou 85: 3-7

2 aulas - Idem

MARCELLINO, N. C. Subsídios para uma política de lazer: o pap da Adm. Municipal. R.B.C.E., 11(3): 206-209

2 aulas - Idem

BRUHNS, H. T. A proposta "carente" de lazer X espaço de lazer e "carentes". R.B.C.E, 11(3): 210-214

2 aulas - Idem

MARTIN, Paulo R. Lazer nos municípios. Estudos do lazer ou/ 9-18

2 aulas - REQUIXA, Renato. Lazer e ação comunitária. SESC, São Paulo, 1

12 aulas - Abordagem de comunidades

2 aulas - Avaliação final.

DATA 22 / 06 / 93

PROFESSOR RESPONSÁVEL

02 - Programa da disciplina MH-711 - Tópicos Especiais em Recreação e Lazer I.



PROGRAMA DA DISCIPLINA

01 03

CÓDIGO : HL-711

NOME : Tópicos Especiais em Recreação e Lazer I

104 ; 100 ; 104 ; 104 ; 01 60 ; 00 04 ; 10 94

PROGRAMA :

EMENTA:

Seleção de temas, definidos pelos docentes e alunos em comum acordo à luz dos acontecimentos que envolvem direta, ou indiretamente a área de Recreação e Lazer

Tema a ser abordado: Abordagem comunitária em programações de lazer

OBJETIVO

Fornecer elementos que permitam a compreensão da abordagem comunitária como uma das estratégias possíveis de ação no campo do lazer, bem como suas relações com a pesquisa.

OBSERVAÇÕES:

1 - Dependendo do andamento dos trabalhos, e a critério do professor e do corpo docente, a disciplina poderá ter continuidade em "Tópicos Especiais em Recreação e Lazer" no 2º semestre/94. DATA: 18 / 12 / 93.

PROFESSOR RESPONSÁVEL

Nelson Carvalho Marcellino
Nome

[Assinatura]
Assinatura

CHEFE DO DEPARTAMENTO OU COORDENADOR DO CURSO

Heloisa Turini Brubins
Nome
HELOISA TURINI BRUBINS
Chefe Depto. de Estudos de Lazer
Mat. 23921 0 - FEE/UNICAMP
Função

[Assinatura]
Assinatura

DIRETOR DA UNIDADE

Ademir Gebara
Nome

[Assinatura]



UNICAMP

PROGRAMA DA DISCIPLINA

02/03

CÓDIGO : MI-711

NOME : Tópicos Especiais em Recreação e Lazer I

Obs.

- 2 - Como a maior parte do trabalho deverá ser realizada no local escolhido para ação, ficou acertado com o corpo docente, que somente as quartas-feiras serão utilizadas para aulas propriamente ditas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- 1 - A ação comunitária como estratégia de ação
 - a ação comunitária como estratégia de ação no campo do lazer
- 2 - Ação comunitária e pesquisa qualitativa
- 3 - Ação comunitária e pesquisa ação
- 4 - O plano geral de ação
- 5 - A formulação dos projetos

A partir de um local escolhido pelos alunos, e com a concordância dos envolvidos, será desenvolvido um plano de ação em suas 3 fases:

Primeira Fase:

é a da deflagração propriamente dita, caracterizando-se pela ação sensibilizadora, levantamento de necessidades e possibilidades de intervenção, definição de objetivos condutores da ação, seleção de instrumentos de intervenção e realização de atividades-impacto.

Segunda Fase:

é marcada pela avaliação dos resultados da ação, procurando detectar aqueles que independem e os que dependem de acompanhamento.

Terceira Fase:

caracteriza-se como continuidade da ação, com a retomada dos resultados dependentes, num período de sedimentação, onde é exigido acompanhamento direto, necessário à consolidação do processo, tendo em vista o estágio de autonomia, onde o acompanhamento será levado a título de reciclagem.

DATA 18 /12 /93

PROFESSOR RESPONSÁVEL

Nelson Carvalho Marcollino

Ass. Prof.



UNICAMP

CÓDIGO : NIH-711

NOME : Tópicos Especiais em Recreação e Lazer I

BIBLIOGRAFIA

Demo, Pedro. - Avaliação qualitativa 3ª Ed. São Paulo, Cortez/A Associados, 1991.

Dumazedler, J. Planejamento do lazer no Brasil: a teoria sociológica da decisão. SESC São Paulo, 1980.

Marcellino, N. C. e outros. Avaré a participação comunitária na implantação de uma política de lazer. SESC São Paulo 3ª Ed.

Thiollent, Michel. Metodologia da pesquisa ação, 4ª ed., São Paulo, Cortez/ A Associados - 1988.

ESTRATÉGIAS

- Leitura e classificação dos textos
- Participação e realização de reuniões
- Contatos com pessoas e grupos do local
- Montagem do projeto nas suas 3 fases

AVALIAÇÃO

- 1 - Participação nas discussões
- 2 - Elaboração de relatórios
- 3 - Participação no processo de inserção

DATA 18/03/93

PROFESSOR RESPONSÁVEL

Nelson Carvalho Marcellino

Nelson

03 - Programa da disciplina MH-712 - Tópicos Especiais em Recreação em Lazer II.



PROGRAMA DA DISCIPLINA

16.01.94

UNICAMP

CÓDIGO : MI - 712

NOME : Tópicos Especiais em Recreação e Lazer II

Tp A, Pq 0, Lp 4, Hs 4, Chó 0, Cr 4, 2º Período 1994

PROGRAMA :

EMENTA:

Aprofundamento de temas, na área de recreação e lazer eleitos em comum acordo entre docentes e alunos. Ênfase nas questões ligadas à preparação desse novo profissional.

Tema a ser abordado: Abordagem comunitária em programções de lazer.

OBJETIVOS

- 1- Fornecer elementos que permitam a compreensão da abordagem comunitária como uma das estratégias possíveis de ação no campo de lazer, bem como suas relações com a pesquisa.
- 2- Dar continuidade ao projeto piloto iniciado na disciplina MI-711, ao nível de assessoria;
- 3- Deflagrar o projeto 2, em novo bairro da cidade de Campinas.

OBSERVAÇÕES:

1- Como a maior parte do trabalho deverá ser realizada nos locais escolhidos para a ação, ficou acertado com o corpo docente, que somente as terças-feiras serão utilizados para aulas propriamente ditas. DATA 20/07/94

PROFESSOR RESPONSÁVEL

Nelson Carvalho Marcellino
Nome

[Assinatura]
Assinado

CHEFE DO DEPARTAMENTO OU COORDENADOR DO CURSO

Nome

[Assinatura]

Função

Assinatura
HELOISA TURINI BRUNH
Chefe Depto. de Estudos do Lazer
Matr. 23921-6 - FEE/UNICAMP

DIRETOR DA UNIDADE

Profa. Dra. Edison Duarte
Nome

Assinado



UNICAMP

PROGRAMA DA DISCIPLINA

Curso de

115.02.03

CÓDIGO : MI-712

NOME : Tópicos Especiais em Recreação e Lazer II

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- 1- A ação comunitária como estratégia de ação
 - a ação comunitária como estratégia de ação no campo do lazer
 - a continuidade do processo em questão
- 2- A ação comunitária e pesquisa qualitativa
 - Ação comunitária e pesquisa ação
 - a continuidade ao nível de assessoria
- 4- O plano geral de ação
- 5- A formulação dos projetos

A partir de um local escolhido pelos alunos, e com a concordância dos envolvidos, será desenvolvido um plano de ação em suas 3 fases, para o projeto 2, com ênfase no primeiro e para o projeto 1, com ênfase na segunda e terceira.

Primeira Fase:

é a deflagração propriamente dita, caracterizando-se pela ação sensibilizadora, levantamento de necessidades e possibilidades de intervenção, definição de objetivos condutores da ação, seleção de instrumentos de intervenção e realização de atividades-impacto.

Segunda Fase:

é marcada pela avaliação dos resultados da ação, procurando detectar aqueles que independem e o que dependem de acompanhamento.

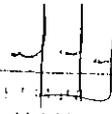
Terceira Fase:

caracteriza-se como continuidade da ação, com a retomada dos resultados dependentes, num período de sedimentação, onde é exigido.... DATA 20/07/94

PROFESSOR RESPONSÁVEL

Nelson Carvalho Marcellino

Nome


Assinatura



PROGRAMA DA DISCIPLINA

CONTINUAÇÃO

pg. 02. de 03

CÓDIGO : III-712

NOME : Tópicos Especiais em Recreação e Lazer II

Terceria Fase continuação... acompanhamento direto, necessário à consolidação do processo, tendo em vista o estágio de autonomia, onde o acompanhamento será levado a título de reciclagem.

DATA 20 / 07 / 94

PROFESSOR RESPONSÁVEL

Nelson Carvalho F.



UNICAMP

PROGRAMA DA DISCIPLINA

Conteúdo:

03.03

CÓDIGO : III-712

NOME : Tópicos Especiais em Recreação e Lazer II

BIBLIOGRAFIA

Demo, Pedro. - Avaliação qualitativa 3ª Ed. São Paulo, Cortez/A Associados, 1991.

Dumazedier, J. Planejamento do lazer no Brasil: a teoria sociológica da decisão. SESC São Paulo, 1980.

Marcellino, N.C. e outros. Averé a participação comunitária na implantação de uma política de lazer. SESC São Paulo 3ª Ed.

Thiollent, Michel. Metodologia da pesquisa ação, 4ª ed. São Paulo, Cortez/ A Associados - 1988.

ESTRATÉGIAS

Leitura e classificação dos textos
Participação e realização de reuniões
Contatos com pessoas e grupos do local.
Montagem do projeto nas suas 3 fases

AVALIÇÃO

- 1 - Participação nas discussões
- 2 - Elaboração de relatórios
- 3 - Participação no processo de Inserção
- 4 - Participação no processo de Assessoria

DATA 20 / 07 / 94

PROFESSOR RESPONSÁVEL

Nelson Carvalho Marcellino

Nome


Assinatura

04 - Constituição da República Federativa do Brasil - parte sobre lazer.

CONSTITUIÇÃO

1938

CAPÍTULO III SEÇÃO III DO DESPORTO

Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observados:

I - a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;

II - a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento;

III - o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não-profissional;

IV - a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.

§ 1.º O poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva, regulada em lei.

§ 2.º A justiça desportiva terá o prazo máximo de sessenta dias, contados da instauração do processo, para proferir decisão final.

§ 3.º O poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social.

05 - Lei Orgânica do Município de Campinas, parte sobre lazer.

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO
CAMPINAS - 1993

quear sua consulta a quantos dela necessitarem, na forma da lei.

Parágrafo Único - O Município instituirá, através de lei, sistema único de arquivamento e conservação de documentos públicos oficiais.

ARTIGO 241 - O Município promoverá projetos especiais visando à valorização das culturas negra, indígena e de outros grupos que contribuam significativamente para a formação da população brasileira e do Município.

ARTIGO 242 - A lei criará o Conselho Municipal de Cultura, estabelecendo suas atribuições e assegurando na sua composição a participação de todos os segmentos da sociedade, integrantes na ação cultural do Município.

SEÇÃO III

Dos Esportes, Lazer e Turismo

ARTIGO 243 - O Município concederá às empresas sediadas em sua circunscrição, incentivo tributário, na proporção das verbas destinadas para o incentivo ao esporte amador, mediante lei.

ARTIGO 244 - O Município, para a realização de competições esportivas, deverá obrigatoriamente convidar as entidades oficiais de cada modalidade.

ARTIGO 245 - O Município deverá elaborar e dar condições de execução a uma política municipal de tu-

rismo que se adeque às características da realidade local.

ARTIGO 246 - Os serviços municipais de esporte, recreação, cultura e preservação ambiental articular-se-ão entre si, respeitada a política particular de cada área, visando a auxiliar a implantação e o desenvolvimento da política municipal de turismo.

ARTIGO 247 - O Município proporcionará meios de lazer lúdico e construtivo à comunidade, mediante:

I - reserva de espaços verdes ou livres, em forma de parques, bosques, jardins, como base física da recreação urbana;

II - construção de equipamentos de parques infantis, centros de juventude e edifícios de convivência comunal;

III - aproveitamento e adaptação, em conformidade com a preservação ambiental, dos rios, vales, colinas, montanhas, lagos, mata e demais recursos naturais, como locais de passeio e distração, conforme aprovação do Conselho Municipal de Meio Ambiente;

IV - programas individualizados, especiais, com a participação de pessoas portadoras de deficiência, sob orientação de profissionais especializados;

V - o aparelhamento das praças esportivas com equipamentos de ginástica e acompanhamento de professores de Educação Física, contratados para esta finalidade.

06 - Proposta de Governo do então candidato Magalhães Teixeira, parte sobre lazer.

d - MODERNIZAÇÃO DA ESTRUTURA DA SECRETARIA DE CULTURA, envolvendo:

- criação de um setor de "marketing cultural", capaz de dialogar profissionalmente com a iniciativa privada para efeito de apoio e patrocínios;
- criação de um setor de difusão cultural, com o intuito de veicular as atividades da secretaria, informando objetivamente os públicos;
- cursos de treinamento e capacitação dos técnicos da Secretaria.

4.8. Lazer, Esporte e Turismo



O lazer, o esporte e o turismo, atividades intimamente ligadas à melhoria da qualidade de vida, têm um papel fundamental no processo de integração do morador à cidade, contribuindo para transformá-lo efetivamente em cidadão. Neste sentido, uma política municipal de lazer, para além dos aspectos de divertimento e prazer, necessários ao desenvolvimento social dos indivíduos, deve levar em conta: os diferentes interesses artísticos, físico-esportivos e culturais da cidade; os aspectos educativos das atividades ligadas ao "tempo livre" das pessoas; as interfaces das atividades de lazer com as políticas de saúde, educação, promoção social, cultura, meio-ambiente, etc.; a ampliação do acesso ao lazer para as diversas faixas etárias e a prioridade às camadas de menor poder aquisitivo; a integração de ações dos vários órgãos públicos; a necessidade de incentivar a participação de associações comunitárias, sindicatos e entidades privadas na formulação e implementação da política.

Na atual administração a política de lazer transformou-se num programa de "eventos", que se desenvolvem pontualmente sem a necessária integração. A supremacia do calendário de eventos acabou substituindo o planejamento, a avaliação e a discussão de prioridades. Perdeu-se a relação permanente com a comunidade; os equipamentos próprios da Prefeitura tornaram-se sub-utilizados e deteriorados; os Centros Esportivos perderam sua importância na estrutura da Secretaria.

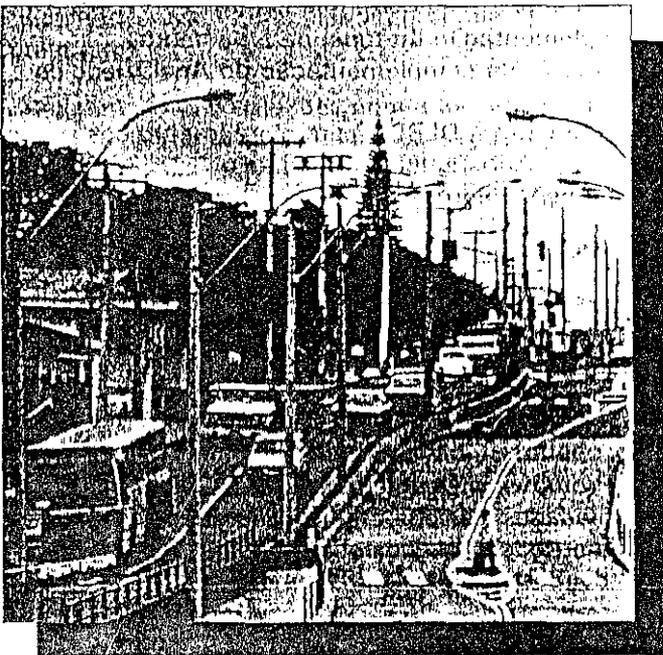
Para romper com este quadro e implementar uma política coerente com os princípios inicialmente delineados, serão objetivos da nossa administração

- recuperar os espaços urbanos existentes e ampliar o número de praças, parques e jardins;
 - elaborar um diagnóstico detalhado da demanda por espaços verdes, considerando 3 tipos de equipamento: praça local, de porte reduzido que atenda o raio da vizinhança; parque de porte médio incluindo várias opções de lazer; e parque temático de grande porte, localizado em pontos extremos da cidade;
 - definir cuidadosa política de animação cultural desses locais, envolvendo ações educativas, culturais e de preservação do meio-ambiente;
 - criar uma "Escola Municipal de Esportes" que desenvolva programas de iniciação esportiva para crianças e jovens, através do aproveitamento de espaços ociosos, como áreas livres de escolas públicas, igrejas ou fábricas, e do uso múltiplo dos espaços e equipamentos urbanos;
 - estimular o esporte-competição, através da atuação integrada do poder público municipal com a Universidade, empresas, clubes, autarquias e os meios de comunicação;
 - criar **Clubes de Modalidade**, vinculados às praças de Esporte, onde a comunidade adulta e idosa possa praticar esportes recreativos e de caráter lúdico;
 - desenvolver programas específicos para idosos, deficientes e na área de saúde mental;
 - estimular a participação da iniciativa privada para equipar praças, parques e áreas ociosas; instalar núcleos poli-esportivos; cooperar com o fornecimento de material esportivo para pequenos clubes de esporte amador;
 - ampliar as atividades esportivas e de lazer, descentralizando as ações segundo as opções das diferentes regiões da cidade, através do estímulo à participação popular na programação de eventos.
- No campo turístico, a potencialidade de Campinas está em seus recursos culturais e no grande desenvolvimento tecnológico da região. Com um importante papel na geração de empregos e de impostos, o turismo será incentivado pela Prefeitura, explorando a vocação da cidade como centro de congressos, convenções e feiras. Para

isso, vamos viabilizar a construção de um Centro de Convenções para sediar grandes eventos; e a melhoria dos terminais de transportes da cidade. Particularmente, serão estudadas propostas de reativação do tráfego de passageiros no aeroporto de Viracopos, buscando-se intermediar contatos das companhias aéreas, segmentos empresariais interessados em sua utilização e as autoridades competentes.

Será também desenvolvido o turismo social, através de programas voltados para trabalhadores, estudantes, idosos, etc., incluindo programas de intercâmbio com outras cidades do Estado de São Paulo.

4.9. Transporte



A partir dos anos 60, o crescimento de Campinas acelerou-se exponencialmente, sem obedecer a um planejamento racional, o que acabou por comprometer o traçado urbano da cidade. O sistema de transporte coletivo existente, que até então prestara bons serviços, foi rapidamente superado pela multiplicação de novos bairros, feita sem qualquer preocupação com a extensão e capacidade das vias de ligação. Acresce ainda que, as administrações municipais da época -- fins dos anos 60 e início dos anos 70 -- priorizaram o transporte individual, por automóvel. Assim, além de não providenciarem a adequação do transporte coletivo às novas necessidades de Campinas, agravaram mais o problema estimulando a sobrecarga do complexo viário nas áreas de urbanização mais antiga.

Apenas no início dos anos 80, em minha gestão anterior, foi que se implementou a diretriz de

devolver a prioridade ao transporte coletivo. A criação da Rede Básica de Transporte, com corredores exclusivos para ônibus e terminais de Integração, para ser operado por um sistema misto diesel/troleibus, constitui a espinha dorsal da nova concepção, que previa ainda a completa integração física e tarifária do sistema.

Este projeto avançou, mas alterações na política econômica e energética do país inviabilizaram a opção troleibus. Posteriormente, com a mudança de governo municipal, o projeto dos corredores foi interrompido, permanecendo hoje apenas parcialmente implantado.

É necessário que fique claro que o sistema ônibus constitui peça central no transporte coletivo em nossa cidade, e assim continuará no futuro. Ele é essencial para atender a distribuição geográfica da população, reservando-se os sistemas de maior capacidade, sobre trilhos, para os locais em que existam volumes de demanda compatíveis com suas capacidades. Por isso, é fundamental completar a Rede Básica de Transporte e a integração física e tarifária. Isso será feito paralelamente à busca da otimização na relação custo/qualidade na operação.

Novas tecnologias, visando aumentar a produtividade do sistema, serão estimuladas garantindo-se porém que sua introdução não se traduza em desemprego para os operadores.

Uma preocupação prioritária será a revisão das tarifas. Mesmo com o passe popular, um salário mínimo hoje adquire apenas 154 viagens/mês, metade do que adquiria em Novembro de 1988. Medidas como a eliminação da dupla passagem (através da integração), aumento da eficiência operacional e de seu controle para reduzir custos, uma completa revisão na metodologia tarifária, além de outras colocadas nas diretrizes a seguir permitirão reduzir o impacto dos gastos com o transporte no orçamento de famílias e empresas. A preparação e implantação de um modo de maior capacidade, sobretudo para atender à demanda metropolitana, constitui outra prioridade para o transporte coletivo. As possibilidades desse atendimento metropolitano exclusivamente pelo sistema de ônibus causam inúmeros e graves inconvenientes, especialmente na área central. Prevendo isso, em minha gestão anterior adiantei a proposta de criação do Trem Metropolitano, vital para a ligação rápida e eficiente entre Campinas e as cidades próximas, particularmente para seu cinturão industrial. Infelizmente, a realização deste projeto não depende apenas da Prefeitura. Agora, voltarei a empenhar-me a fundo para sua concretização.

As diretrizes para Transporte que vão nortear minha administração, ademais dos Transportes Coletivos,



07 - Projeto da atividade impacto "Festa na Praça":

Projeto: Festa na Praça^{1 2}.

Data: 19 de junho de 1994 - das 09:00 às 18:00 horas.

Local: Praça de Esportes "Dr. Roberto Ângelo Barbosa" - Vila 31 de Março.

Promoção:

Prefeitura Municipal de Campinas - Secretaria da Cultura,
Turismo, Esportes e Turismo - Divisão de Recreação.

SAR - Secretaria de Ação Regional - Leste.

Faculdade de Educação Física da UNICAMP -
Departamento de Estudos do Lazer.

Comunidades da Vila 31 de Março e Adjacências.

Colaboração:

CAEF - UNICAMP.

Tempo Livre - Empresa Júnior.

¹ Atividade impacto com o objetivo de deflagrar o processo de participação popular.

² Parte do projeto piloto do "Projeto de Extensão: Recreação Comunitária".

PROPOSTA DE ATIVIDADE PARA A “PRAÇA DE ESPORTES DR. ROBERTO ÂNGELO BARBOSA”, LOCALIZADA NA VILA 31 DE MARÇO, EM CAMPINAS.

Fundamentação:

A análise de situação do local onde se situa a Praça revelou a existência de poucos equipamentos específicos de lazer mantidos pelo Poder Público, mas também detetou uma série de equipamentos não-específicos, com possibilidades de adaptação.

Uma primeira análise dos recursos humanos, em termos de possibilidades de atuação como voluntários gerais e mesmo para atividades específicas, revelou abundância de pessoal e de alternativas.

Apesar disso, e a despeito de já terem sido efetuadas algumas atividades de médio e grande porte na Praça de Esportes, a participação popular na gestão da programação não pode ser caracterizada como atuante.

Por outro lado, a Praça continua atendendo a população apenas das áreas mais próximas e o uso do equipamento não é otimizado, em todos os horários, e principalmente na relação semana/fins de semana.

Percebe-se, na programação e desenvolvimento de atividade, a quase exclusividade dos “interesses físico - esportivos” no lazer, e não existe uma política específica e sistemática para minorar os efeitos das “barreiras” que se verificam no plano social (econômica, educacional, de sexo, de faixa etária), e no plano cultural (esteriótipos).

Objetivo Geral:

Tudo isso aponta a necessidade de se deflagrar um processo de participação popular, orientado pelos valores da democratização cultural, através de uma atividade impacto, a ser realizada no dia 19 de junho de 1994.

Objetivos Específicos:

1. Buscar mecanismos de participação sócio-cultural na gestão das atividades da Praça, através da participação mais atuante de lideranças locais e dos usuários.
2. Formar um grupo de voluntários gerais e específicos.
3. Dar início a um processo de minimização das barreiras sociais e culturais para a prática do lazer na Praça.
4. Dar início a um processo de otimização do uso de equipamento do Centro.
5. Dar início às discussões de extensão das atividades de lazer da Praça para outros equipamentos não-específicos de lazer.
6. Dar início à diversificação dos conteúdos, procurando contemplar os seis conteúdos culturais do lazer.
7. Dar início ao processo de elevação dos níveis, de conformistas, para críticos e criativos, tanto no gênero da prática, como no do consumo ou fruição, quanto no do conhecimento.

Descrição da atividades:

Os objetivos que nortearam a elaboração da programação são os de números 4, 6 e 7.

Visando atender esses objetivos procurou-se montar uma programação geral (diversificação dos conteúdos), com atividades que contemplem os três gêneros (prática, assistência e conhecimento), a partir do nível da população local, mas que, ao mesmo tempo, sirva de divulgação das possibilidades de utilização do equipamento, no seu cotidiano.

Programação

A - Atividades fixas ou permanentes - das 9:00 às 17:00 horas:

1. piscina - só para associados
2. bocha
3. "play-ground"
4. futebol ("pelada")
5. exposição e venda de artesanatos

6. exposição de cartazes sobre futebol, volei e basquete

7. venda de “comes” e “bebes”

B - Atividades paralelas - a serem realizadas no sábado (18), com finais no domingo

1. Torneio de futebol masculino - 3 faixas etárias

2. Torneio de basquete masculino e feminino - 3 faixas etárias

3. Torneio de volei masculino e feminino - 3 faixas etárias

C - Atividades Especiais - das 9:00 às 12:00 h. e das 14:00 às 17:00 horas

1. Escolinha de jardinagem

2. Pintura

3. Pintura no rosto

4. Modelagem

5. Confecção de flores

6. Torneio de truco

7. Jogos de mesa - damas, xadrez, dominó

8. Chinelão

9. Perna de pau

10. Queimada

11. Carrinho de rolimã

12. Peteca

13. Corda

14. Bambolê

15. Corrida de saco

D - Apresentações

11:30h - Premiação dos torneios

12:00h - Bombeiros

14:00h - Grupo de dança

14:30h - Capoeira

15:00h - Aeróbica aberta

15:30h - Voleiros

16:00h - Quadrilha

17:00h - Pagode

18:00h - Samba

Objeto:

Tendo em vista o fixado no objetivo específico nº 3, o objeto é constituído pelo público em geral, procurando enfatizar a população de baixo poder aquisitivo, de ambos os sexos, nas faixas etárias infantil e idosa.

Metas:

Tendo em vista a frequência à Praça, em dias de “pico” atinge cerca de 600 pessoas, nossa meta, com a realização do evento impacto é quintuplicar esse número, prevendo o atendimento a cerca de 3000 pessoas.

Recursos:

1. Físicos:

Para a preparação do evento, realização de treinamentos, reuniões das comissões, preparação de voluntários, serão utilizadas salas da E.M.E.I. Hilton Friederich e da E.E.P.S.G. Joaquim Ferreira Lima.

Para a realização do evento serão utilizadas as dependências da Praça, do Núcleo e da rua que faz frente à Praça.

2. Materias:

120 fichas de inscrição para os torneios

100 cartazes para os torneios
100 cartazes para as barracas de artesanatos e “comes e bebes”
500 cartazes para o evento
2.000 folhetos para o evento
súmulas para os jogos dos Torneios
300 certificados para os vencedores dos Torneios
30 troféus (15 p/ 1ºs e 15p/ 2ºs)
200 camisetas/crachás para monitores
2 redes de volei
2 bolas de futebol de campo
2 bolas de basquete
2 bolas de volei
06 apitos
10 baralhos
5 mesas
20 cadeiras
Palco para apresentação
Som - microfone - fitas
Papel crepon de cores variadas
3 tubos grandes de cola
10 tesouras sem ponta
1 maço grande de varetas
2 mesas
3 cadeiras
5 caixas de madeira grande, ou baldes, ou latas de vinte litros
4 mesas
40 quilos de pedrisco
6 latas de 20 litros de terra
1 regador
1000 mudas de planta de forração - tipo “ajuga”

1000 copos plásticos grandes
10 pregos de caibro
4 espelhos
4 cadeiras
tintas para maquiagem
algodão
baldes com água
papel craft ou 3000 folhas de papel sulfite
5 latas grandes
3 rolos de fita crepe
100 pincéis
1 pacote grande de maizena
1 litro de álcool
2 caixas de 500 g de pó xadrez - preto, amarelo, verde, vermelho, azul)
20 garrafas descartáveis grandes
1 mesa
5 latas pequenas
1 balde ou lata grande
copos plásticos médios - 100 a 200
30 tijolos de argila
1 saco de estopa
1 maço de palito de sorvete
1 balde de água, ou lata
bancadas - 04 cavaletes e 2 tábuas
5 carrinhos de rolimã
8 pernas de pau
10 sacos
04 petecas
1 galão de tinta branca e uma brocha ou rolo
3 ou 4 bolas de meia

1 caixa de primeiros socorros
1 placa de madeira
correias de couro e/ou plástico
1 Kg de prego
martelo e serra
20 bambolês
3 bolas de borracha para “pelada”
cordas - uma para cabo de guerra e três para pular
10 mesas
28 cadeiras
4 jogos de damas
4 jogos de dominó
2 jogos de xadrez
barracas
cordão ou painéis para a exposição de cartazes - prendedores
material para bocha
100 formulários de avaliação
5 pranchetas e 5 canetas

3. Humanos:

Técnicos e pessoal de apoio da Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo

Técnicos e pessoal de apoio da SAR-Leste

Técnicos e pessoal de apoio da Praça, incluindo salva-vidas

Técnicos e pessoal de apoio da Ad. Regional 2

Professores e alunos de Educação Física, na modalidade Recreação e Lazer da UNICAMP

Alunos do CAEF-UNICAMP

Alunos da Empresa Júnior - Tempo Livre-UNICAMP

Enfermeiro

Policiamento

40 a 50 monitores da Prefeitura

80 a 100 monitores do bairro

Coordenadores e integrantes das Comissões de Coordenação, Divulgação e Material

Apresentador(a)

Professor de Aeróbica

Marcador da Quadrilha

Grupo de dança, grupos de pagode

Grupo de capoeira

Violeiros

Escola de Samba

Avaliação:

A avaliação da atividade inclui:

1. aplicação de formulário aos participantes, no dia da realização do evento em horários específicos, que abranjam todo o período;
2. Reuniões de avaliação sendo:
 - a- Comissão de Divulgação
 - b- Comissão de Material
 - c- Monitores
 - d- Comissão de Coordenação

Reuniões de Avaliação: Roteiro:

Para as Comissões:

levar em conta:

1. o rol de atribuições de cada uma das Comissões
2. a relação com as demais Comissões
3. a relação com a comunidade em geral
4. as observações efetuadas antes e durante a realização da atividade

Para os monitores:

levar em conta:

1. a orientação recebida antes da realização da atividade
2. a assistência recebida no dia da realização da atividade
3. as observações sobre a atividade monitorada
4. as impressões gerais sobre a atividade como um todo.

Cronograma:

1. Levantamento de situação. Estabelecimento de objetivos e meios.
Treinamento inicial..... 01.03.94 a 16.05.94
2. Convite e reunião com as lideranças locais para montagem das
Comissões..... 16.05 a 19.05.94
3. Reuniões das Comissões de Coordenação, Material e Divulgação..... 23.05 a 18.06.94
4. Preparação e Arrecadação de Material..... 30.05 a 18.06.94
5. Recrutamento e Treinamento de Voluntários..... 06.06 a 18.06.94
6. Divulgação dos Torneios e das Barracas..... 28.05 a 01.06.94
7. Inscrições para os Torneios..... 1.05 a 09.06.94
8. Credenciamento de Barracas..... 11.06.94
9. Definição dos Regulamentos dos Torneios..... 1.06.94
10. Divulgação do Evento..... 06.06 a 18.06.94
11. Preparação final do Evento..... 8.06.94
12. Realização das eliminatórias dos Torneios..... 8.06.94
13. Realização do Evento..... 19.06.94
14. Reuniões de Avaliação..... 20.06 a 30.06.94
15. Redação do Relatório de Avaliação..... 01.07 a 10.07.94
16. Devolução do material emprestado, ofícios de agradecimentos, etc ____ 20.06 a 30.06.94

08 - Plano Geral de Ação:

Podemos distinguir, nesse processo de intervenção, um **plano geral de ação** composto por três fases interligadas, consideradas em separado apenas para efeito de análise:

Primeira Fase:

- é a da **deflagração** propriamente dita, caracterizando-se pela ação sensibilizadora, levantamento de necessidades e possibilidades de intervenção, definição de objetivos condutores da ação, seleção de instrumentos de intervenção e realização de **atividades-impacto**.
- a ação dos técnicos está presente com muita intensidade, no planejamento, na organização e na execução, buscando estimular e coordenar as iniciativas detectadas na análise da situação.

Segunda Fase:

- é marcada pela **avaliação dos resultados** da ação, geralmente ocorridos, no que pode ser denominado de **período de carência**;
- aqui, a intensidade da ação dos técnicos já é menor, mas continua presente, através, por exemplo, de contatos, buscando a efetivação de resultados latentes;
- podem ser considerados dois grupos de resultados:
 - respostas**, que estão intrinsecamente ligados aos objetivos da ação, geralmente necessitando de acompanhamento técnico para a continuidade do processo;
 - reflexos**, que independem de acompanhamento, uma vez que são assumidos por grupos ou pessoas, ou podem não estar previstos no planejamento da ação.

Terceira Fase:

- caracteriza-se como **continuidade** da ação, com a retomada dos resultados dependentes, num período de **sedimentação**, onde é exigido acompanhamento direto, necessário à consolidação do processo, tendo em vista o estágio de **autonomia**, onde o acompanhamento será levado a efeito a título de **reciclagem**.

Observa-se, portanto, que o acompanhamento técnico está presente em todas as fases do processo, variando em intensidade.

(*) Publicado nos "Anais do I Encontro Nacional de Grêmios de Empresas e Associações de Funcionários"- Salvador/BA - 15 e 16/04/93.

09 - Rol de tarefas de cada uma das três comissões:

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO - ROL DE TAREFAS

- Levantamento de dados sobre a comunidade: locais em que os programas podem ser realizados; recursos comunitários a serem mobilizados; lideranças existentes nas diversas áreas culturais; datas mais adequadas para a realização de programas.
- Execução do plano geral de atividades, estabelecimento dos objetivos específicos de cada atividade, estabelecimento dos critérios de avaliação, contato com profissionais que possam orientar atividades específicas.
- Reuniões de orientação para a formação das demais comissões, detalhamento das tarefas de cada comissão.
- Recrutamento e realização de reuniões com os voluntários para “monitoria” das atividades.
- Supervisão do andamento das atividades, execução dos ajustes necessários, adaptações de local, obtenção de alvarás, solicitação de policiamento, obtenção de transporte, providências para socorro de eventuais casos graves (ambulância-hospital).
- Recepção dos monitores, entrega de crachás e encaminhamento para comissão de material - para isso pode ser montada uma equipe específica.
- Obtenção de recursos financeiros, se necessários e fiscalização de sua utilização.
- Supervisão do desenvolvimento das atividades, verificando seu andamento, providenciando alterações de urgência, observando o desempenho dos monitores. Para isso pode ser montada equipe específica.

- Coordenação da avaliação geral ao fim do programa, elaboração de relatório de avaliação e de projeto de continuidade das atividades.

COMISSÃO DE MATERIAL - ROL DE TAREFAS

- Coleta de material junto à comunidade, através de doação ou empréstimo;
- Obtenção de som e palco, quando necessário;
- Compra do material necessário, não obtido por doação ou empréstimo;
- Obtenção de caixa de primeiros socorros;
- Confeção de materiais e de equipamentos necessários;
- Separação do material por atividade;
- Guarda do material durante o período de preparação da atividade;
- Providenciar os crachás dos monitores e da coordenação;
- Transporte do material até o local do evento e distribuição do mesmo pelas várias atividades;
- Recolhimento do material, no horário previsto, feito junto com monitores de atividades;
- Devolução do material obtido por empréstimo, no final da atividade, e destinação do material adquirido ou doado;
- Balanço, após a recreação, do material utilizado, anotando eventuais excessos ou faltas.

COMISSÃO DE DIVULGAÇÃO - ROL DE TAREFAS

- Elaboração de informes sobre a atividade, bem como do material de divulgação (circulares, cartazes, folhetos, faixas);

- Contatos com autoridade locais, lideranças culturais, empresários, dirigentes de entidades, para informação e solicitação de apoio (incluindo patrocínio para confecção do material de divulgação);
- Contatos com meios de divulgação locais (jornais, revistas, rádio) preparar material próprio para essa finalidade;
- Contatos com moradores das proximidades do local da atividade, para esclarecê-los e convidá-los;
- Visitas a escolas, para divulgação entre os alunos;
- Distribuição do material de divulgação, principalmente em locais de grande concentração pública;
- Elaboração do “croquis” do evento; (vide dois exemplos anexo)
- Sinalização do local e decoração do ambiente;
- Recepção às autoridades e imprensa - preparar material próprio para essa finalidade;
- Elaboração e envio de ofícios de agradecimento, após a realização da atividade;
- Elaboração e entrega dos certificados dos participantes;
- Coleta das notícias publicadas sobre a atividade.

10 - Formulário de avaliação da atividade

Festa na Praça - 19/06/1995

Formulário de Avaliação

Local de aplicação
(1) (2) (3) (4) (5)

Horário de aplicação
(1) (2) (3) (4) (5)

1. Idade:

Menos de 10 anos () de 10 a 20 () de 21 a 30 ()
de 31 a 40 () de 41 a 50 () de 51 a 60 ()
acima de 60 ()

2. Sexo:

Masculino () Feminino ()

3. Residência:

Campinas () Bairro: _____
Outra cidade ()

4. Como ficou sabendo da festa?

Frequentando a praça () Cartaz () Folheto ()
Escola () Amigos () Jornal ()
Outro () Indicar - _____

5. Costuma frequentar ou não a praça?

Sim () Não ()
Com que frequência:
Às vezes () Durante a semana () Nos finais de semana ()
Nas férias () Outro () Indicar: _____

6. Atividade que mais gostou:

7. Atividade que menos gostou:

8. Opinião geral sobre a festa:

péssima () má () regular () boa () ótima ()

9. Sugestões:

